

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA  
GABRIEL SILVA DOS SANTOS**

**OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
EM EMÍLIO DE ROUSSEAU**

Juiz de Fora  
2021

**GABRIEL SILVA DOS SANTOS**

**OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
EM EMÍLIO DE ROUSSEAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Filosofia do Centro Universitário Academia, como requisito parcial para à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Me. Laureandro Lima da Silva.

Juiz de Fora  
2021

SANTOS, Gabriel Silva dos. **Os fundamentos da Educação em Emílio de Rousseau**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia, do Centro Universitário Academia, realizado no 2º semestre de 2021.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Laureandro Lima da Silva (UniAcademia)  
Orientador

---

Prof. Me. Emílio Cunha Amorim (UniAcademia)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mabel Salgado Pereira (UniAcademia)

Examinado em: 02/12/2021.

Dedico este trabalho a Deus, por ter me concedido inteligência e forças para realizá-lo e a meus pais pelo bom exemplo e empenho em minha educação.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me concedido o dom da vida e me capacitado para que, com Seu auxílio divino e meus esforços pudesse alcançar meus objetivos presentes neste trabalho.

A minha mãe Cleide Santos e meu saudoso e falecido pai Luiz Carlos, que muito contribuíram com seus ensinamentos e testemunho de vida, para minha boa formação e boa educação. Aos meus irmãos Cleidiane e Carlos Tiago, pelo apoio e incentivo.

À coordenadora do Curso de Filosofia, Prof.<sup>a</sup> Me. Regina Lúcia Praxedes de Meirelles, por seus ensinamentos, palavras de animo, incentivo durante o curso e principalmente pelos seus esforços sem medida e disposição.

Ao meu orientador Prof. Me. Laureandro Lima da Silva, por ter aceitado fazer esse caminho na construção e finalização desse trabalho com muito zelo, carinho e atenção.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Mabel Salgado Pereira, pelas orientações e empenho na disciplina de Monografia III, que muito contribuíram para a formatação deste Trabalho.

Aos colegas de turma pela amizade, experiência de vida e tudo o que pudemos compartilhar em nossa formação para sermos pessoas e cidadãos de bem. Espero que após esse período sejamos pessoas que lutam pela justiça, liberdade e igualdade.

Por fim, manifesto minha gratidão ao Centro Universitário Academia, por me conceder a oportunidade dessa graduação em Filosofia – Licenciatura. E ao Seminário Arquidiocesano Santo Antônio, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Dom Gil Antônio Moreira – Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora e o conselho de formação, pela acolhida, ensinamentos e auxílio em minha formação humana, religiosa e intelectual.

Tudo o que não temos ao nascer, e de  
que precisamos adultos, é-nos dado pela  
educação.

Jean-Jacques Rousseau

## RESUMO

SANTOS, Gabriel Silva dos. **Os fundamentos da Educação em Emílio de Rousseau**. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia). Centro Universitário Academia. Juiz de Fora, 2021.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo abordar a temática acerca do conceito de educação. De maneira mais específica é analisar e refletir de que modo ela está fundamentada no pensamento rousseauiano com base na obra **Emílio ou da Educação** (1762). Um escrito de cunho revolucionário, em vista do corrompimento humano nos cenários político e ético, e um confronto ao modelo educacional elitista, punitivo e severo presente no século XVIII ao propor que a educação é para todos e que deve valorizar e respeitar as fases da criança até alcançar a vida adulta. Sendo assim, essa é a nova proposta de Rousseau para a educação desse século marcado pelo iluminismo. Uma educação que tem o objetivo primeiro de formar um homem em sua totalidade. Com isso, a hipótese dessa pesquisa é revelar que, a educação no pensamento rousseauiano está fundamentado como um alimento intelectual e humano, ou seja, ela é revelada como o desenvolvimento das potencialidades e virtudes humanas para o bem viver. Com essa definição, o filósofo pretende sancionar o problema do corrompimento humano, a partir da educação como caminho para a formação de uma sociedade justa e livre.

Palavras chave: Educação. Emílio. Rousseau. Natureza. Liberdade.

## ABSTRACT

This work aims to address the issue of the concept of education. Specifically, it is to analyze and reflect on how it is based on Rousseau's thought based on the work **Emile or On Education** (1762). It's a revolutionary writing, in view of human corruption in the political and ethical scenarios, and a confrontation with the elitist, punitive and severe educational model present in the 18th century by proposing that education is for everyone and that it should value and respect the child's stages until reaching adulthood. Therefore, this is Rousseau's new proposal for education in this century marked by the Enlightenment. An education that has the primary objective of forming a man in his entirety. With that, the hypothesis of this research is to reveal that, education in Rousseau's thought is founded as an intellectual and human things, that is, it is revealed as the development of human potentials and virtues for the good life. With this definition, the philosopher intends to sanction the problem of human corruption, starting from education as a path to the formation of a fair and free society.

Keywords: Education. Emile. Rousseau. Nature. Freedom



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2</b>	<b>DE ROUSSEAU E EMÍLIO</b> .....	11
2.1	DA EDUCAÇÃO .....	16
2.2	EDUCAÇÃO COMO PROCESSO NATURAL .....	21
2.3	O APARECIMENTO DA INFÂNCIA .....	24
<b>3</b>	<b>OS DEVERES MORAIS DA CRIANÇA</b> .....	27
3.1	AS MENTIRAS E OS VÍCIOS: COMO BROTAM?.....	29
3.2	AMOR DE SI E AMOR-PRÓPRIO .....	31
3.3	DO ESTADO DE NATUREZA E ESTADO CIVIL.....	34
3.4	DA NOÇÃO DE LIBERDADE NATURAL E CIVIL.....	37
3.5	EDUCAR PARA A IGUALDADE E LIBERDADE .....	39
<b>4</b>	<b>DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: AS VIRTUDES E AS POTENCIALIDADES</b> .....	42
4.1	DAS VIRTUDES NA INFÂNCIA .....	45
4.2	EDUCAR O HOMEM PARA SER VIRTUOSO: UM ATO DE LIBERDADE ....	47
4.3	A INSERÇÃO AO MUNDO MORAL .....	48
4.4	A RELAÇÃO HOMEM E SOCIEDADE .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a desvalorização da educação, essa pesquisa tem como caráter objetivo trazer à tona as contribuições e reflexões do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que giram em torno da educação e do processo pedagógico de aprendizagem. O filósofo moderno, nascido em Genebra, filho do Iluminismo e um dos pais do Romantismo, defende o processo educativo como uma prática presente desde o berço, ou seja, o nascimento. A pesquisa empreende apresentar uma ressignificação e valorização de uma educação humana que seja integral e livre.

Na seguinte pesquisa são abordados conhecimentos acerca do filósofo e de sua obra educacional e filosófica, **Emílio ou da Educação** (1973), principal referência deste trabalho. Vale de início ressaltar que o filósofo iluminista, após uma temporada morando no Ermitage, uma enorme casa em Montmorency, no ano de 1757 muda-se para Montlouis, permanecendo ali por cinco anos e neste local redige duas obras teóricas. Essas obras marcaram a história da teoria filosófica política e da pedagogia, uma já referida acima, e a outra, **Do Contrato Social** (1999). Estes escritos consagraram o pensamento do genebrino. Todavia, marcaram um período obscuro na vida do pensador, um tempo de muitas perseguições, devido ao fato dessas obras terem sido consideradas extremamente ofensivas ao sistema político do século XVIII e à Igreja.

Nesta obra educacional, o filósofo de Genebra tece uma crítica ao sistema político-educacional repressor e corrupto presente no século XVIII. Suas críticas se voltam para um modelo elitista, punitivo e severo que era aplicado pelos jesuítas, e com isso propõe uma nova educação radical e ousada para seu século. Proposta essa que encaminha o homem a desenvolver-se, segundo sua natureza, obtendo consciência de si e de sua liberdade.

A possível hipótese de o genebrino ter escrito seu tratado político e educacional talvez seja pela sua própria história. Ele foi criado e educado pelo pai Isaac Rousseau (1672-1747), e era órfão de mãe, já em sua vida adulta entregou à adoção os filhos, pelo motivo de não ter condições financeiras de criá-los e conceder-lhes uma boa educação (REALE; ANTISERI, 1990). O pensador teve uma vida conturbada, mas em reflexo dessa vida, buscou trazer uma luz para a sociedade. Por isso, suas contribuições foram propícias e influenciaram todo um sistema político e pedagógico até a atualidade, além de influenciar com seus ideais um dos maiores marcos

revolucionários da cultura ocidental, a Revolução Francesa (1789-1799). Além disso, elaborou conceitos que auxiliam na aplicação do ensino e formação humana virtuosos.

Em seus escritos nota-se uma forte relação entre seu tratado educacional e o político. Com isso, é um dos objetivos esclarecer os princípios da educação, fazendo uma observação sobre as duas obras polêmicas vislumbrando a relação forte entre elas. A educação na proposta educacional é o que futuramente proporcionará ao homem que faça um pacto social para o bem viver em sociedade, livre e em igualdade com seu próximo. De modo que, para se ter o **estado legítimo**, dependerá de uma boa educação humana algo que não ocorria com precisão no século XVIII e foi criticado por esse filósofo.

Nascemos fracos e o que precisamos para a vida adulta é nos dado pela educação, ou seja, ela prepara o homem para a vida adulta na sociedade (ROUSSEAU, 1973). Tendo como base esse argumento a questão de investigação perpassa sobre **de que modo está fundamentada a educação humana, em Emílio de Rousseau?** Noutras palavras, qual seria o sentido da educação para a vida humana? E em resposta a essa questão, **a educação humana se fundamenta como o desenvolver-se das potencialidades e virtudes humanas**. Desse modo, cabe ao longo de toda essa pesquisa apresentar os fundamentos da educação e como ela se torna responsável pela formação e desenvolvimento das potencialidades e virtudes humanas.

Concluindo, o referencial teórico dessa pesquisa contou como obra principal Rousseau (1973), como historiador Reale e Antiseri (1990) e Marcondes (2007); comentador a obra das autoras Pereira e Pereira (2007) e Almeida Junior (2013), assim como artigos e livros referentes à temática e ao filósofo abordado. Logo, o trabalho de conclusão de curso em sua primeira seção, traz uma breve introdução bibliográfica e do escrito educacional rousseauiano, a educação defendida na obra de Rousseau apresentando o problema e hipótese que norteia essa pesquisa. Em sua segunda seção, a relação educação, deveres morais e liberdade. Em sua terceira seção, as potencialidades e virtudes desenvolvidas pela educação respondendo a problemática e fundamentando a hipótese e concluindo com a relação homem e sociedade que floresce após a formação humana, na vida adulta.

## 2 DE ROUSSEAU E EMÍLIO

O homem é um ser dotado de história e cultura e deve ensinar aos seus predecessores sua história, sua cultura e seus valores por meio do que denominamos educação. No entanto, tal conceito não é marcado apenas como transmissão de valores, mas forma de conhecimento do mundo que guia o caminho do ser humano.

Uma das concepções de educação é a de Rousseau, que fora contemporâneo de grandes pensadores como Denis Diderot (1713-1784) e d'Alembert (1717-1783), sendo ainda antecipador de Immanuel Kant (1724-1804) e precursor de Karl Marx (1818-1883). O filósofo genebrino foi um dos grandes pensadores do Século XVIII, revolucionário e crítico do iluminismo racionalista. Defendeu fortemente a questão da formação humana e vivência social e política do ser humano; foi apaixonado pela natureza e ordem natural das coisas, tendo valorizado e prezado muito pela liberdade.

O filósofo genebrino produziu obras acerca da política, relações sociais e formação humana. Efetivamente, suas obras e pensamento foram influência para muitos pensadores e ideias acerca da sociedade e formação humana, pois ele era um grande crítico de sua sociedade tanto no âmbito político, como da educação e formação humana.

No século XVIII, o homem era formado de maneira elitista, severa e punitiva. Rousseau rebateu esse modelo escrevendo a polêmica obra, **Emílio ou da Educação** (1762), que trata dos princípios básicos da educação do indivíduo. Uma obra que foi condenada, porque confrontou o modelo elitista e jesuítico que supunha que a educação fosse apenas para a elite. Esse estilo educacional foi marcado pela aplicação de um método repressivo, punitivo e severo. Logo, a proposta teórica da obra rousseauiana trouxe grandes contribuições para a Filosofia no campo da formação humana com destaque na liberdade, moral, política e prudência.

Para construir seu projeto educacional pedagógico, o genebrino partiu de sua máxima natural “o homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros” (ROUSSEAU, 1999, p. 53). Partindo dessa máxima, o filósofo vem apresentar um homem que não seja corrompido pela sociedade corrupta de seu tempo, mas que seja justo, sábio e prudente; um verdadeiro cidadão. No fundo é a proposta de um mundo melhor e mais honesto para se viver.

A proposta rousseauiana sobre a educação é construída com um pé no Iluminismo e outro no Romantismo. O Iluminismo, corrente forte em sua época, que

atesta o uso da razão absoluta para a formação e conhecimento humano e o Romantismo, linha pautada no sentimento humano e nas paixões. Nessa proposta é estabelecido uma relação entre o sentimento e a razão, quebrando a ideia de uma razão autônoma e dando grande ênfase aos sentidos na formação humana. Chama a atenção que, para que o ser humano exerça seus sentidos não é preciso apenas fazer uso deles, contudo “é aprender a bem julgar por eles, é aprender, por assim dizer, a sentir” (ROUSSEAU, 1973, p. 130). Ele quer um homem que sinta e saiba viver bem em sociedade, e não apenas uma coisa pensante pautada em uma razão absoluta.

Entretanto, antes de adentrar ao conteúdo desse escrito é necessária uma questão sobre o que é e o que quis Rousseau ao escrever essa obra educacional. Essas questões têm por maior objetivo descobrir porque o filósofo escreveu uma proposta pedagógica que se tornou influência para pensar numa sociedade ideal. O motivo é o repensar um homem virtuoso na sociedade, em suas duas obras teóricas.

A proposta pedagógica e o tratado político foram as grandes obras do genebrino e estão interligadas. A primeira trata da educação humana desde sua infância até a maioridade. Já a segunda expõe a vivência social e política do homem segundo o pacto social. Embora tratem de temáticas diferentes, essas obras encontram-se interligadas, pois nelas estão contidos os ideais de liberdade e igualdade, garantidos pelo estado de natureza. **Essa obra é a educação do homem para que este desenvolva com liberdade seu papel no contrato social.**

O início da proposta pedagógica demarca a semelhança com a obra política. “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem” (ROUSSEAU, 1973, p. 9). A semelhança é nítida, são elas **obras gêmeas**. Foram finalizadas e publicadas no mesmo ano, em 1762. Porém, Rousseau esperava publicar **Emílio ou da Educação** antes de **Do Contrato Social**, afinal, este contém um resumo dessa obra, mas isso não ocorreu, segundo Almeida Junior (2013). Conforme tal afirmação observa-se que a proposta educacional rousseauiana é um resumo de seu tratado político, pois pensa a educação como precursora de um estado justo. Do contrato é aquele que propõe ao homem enquanto cidadão viver em liberdade na sociedade. Formar um homem que viva sem amarras é a proposta do filósofo genebrino.

O objetivo não é traçar a fundo a ligação entre essas obras, é concentrar-se na proposta educacional rousseauiana. Sendo assim, esse escrito é definido como um projeto educacional, uma proposta para a educação humana construída a partir das

experiências de Rousseau como preceptor de duas crianças em 1740. A partir disso, escreveu seu projeto educacional estruturado com base na natureza humana e nas noções de liberdade, conceitos advindos do estado de natureza, conforme salienta o genebrino:

O homem natural é tudo para ele; é uma unidade numérica, é o absoluto total que não tem relação senão consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao dominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social (ROUSSEAU, 1973, p. 13).

O homem natural segue sua natureza e liberdade natural individual. O homem civil, por outro lado, deixa sua liberdade individual e individualidade para viver segundo a defesa e segurança do corpo social numa unidade fracionária, ou seja, a igualdade. Essas palavras revelam as bases de pensamento filosófico do genebrino, e os princípios presentes em **Do Contrato Social** e **Emílio**. A liberdade no pensar do filósofo é compreendida a partir do homem que vive em sociedade, e só é proporcionada por intermédio da igualdade e das leis que asseguram a convivência humana. Com isso, o filósofo de Genebra faz uma crítica à sociedade que prende o homem, a um dominador que é corpo social.

Na proposta educacional rousseuniana, presencia-se uma obra cheia de romance, sentimento e cuidado, revela afeto humanitário e uma reflexão sobre o estado de natureza, no qual se encontra o verdadeiro bem do homem. O apreço do filósofo pela natureza fica evidenciado logo nas primeiras páginas de sua obra ao se referir a ela como uma mãe: “a ti que me dirijo, terna e previdente mãe” (ROUSSEAU, 1973, p. 9). Dessa forma a natureza é destacada como a educação primária do ser humano.

Ao dar ênfase à natureza, o filósofo genebrino foi muito criticado por Voltaire (1694-1778), pensador iluminista seu contemporâneo, que teceu-lhe muitas críticas argumentando que esse ideal de natureza rousseuniano tinha por objetivo fazer com que o homem voltasse a seu estado animalesco. Mas, no fundo isso foi uma má interpretação porque ele exaltava também a ciência e os avanços da razão humana e pelo contrário, observava na natureza a mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado em seu período histórico.

Com a análise da humanidade presente na natureza, ele não quer que o homem abandone a civilização e volte às florestas, mas deseja que, mesmo privado

no estado social, recordando sua natureza, o homem desenvolva suas potencialidades para o bem e o crescimento da sociedade. O que o genebrino deseja é combater os abusos e não repudiar os valores humanos. Por essa razão, ele elabora sua obra educacional expondo a educação de seu jovem Emílio, afirmando:

Tomei, portanto, o partido de me dar um aluno imaginário, de supor a idade, a saúde, os conhecimentos e todos os talentos convenientes para trabalhar na sua educação, conduzi-la desde o momento de seu nascimento até aquele em que, homem feito, não terá necessidade de outro senão ele próprio. Esse método parece-me útil para impedir um autor que desconfia de si de se perder visões. Sim, porque a partir do momento em que se afasta da prática ordinária, não lhe cabe senão experimentar a sua no seu aluno. Sentirá desde logo, ou o leitor o sentirá por ele, se acompanha o progresso da infância e a marcha natural do coração humano (ROUSSEAU, 1973, p. 27).

A personagem fictícia criada por Rousseau, é um jovem órfão confiado aos cuidados de seu mestre Jean-Jacques para que este o eduque para se tornar um bom homem e cidadão, que não se torne um corrompido pela sociedade. É nele que o filósofo genebrino expõe seus ideais de educação, sendo esse conceito responsável na perspectiva rousseuniana pela formação humana, para que o educando, a pessoa, o indivíduo vivam longe de uma sociedade repressora, ou seja, viva livre em sociedade.

A obra do filósofo trata também de alertar aos educadores responsáveis pela educação das crianças e jovens para que saibam educá-las para a liberdade, o sentimento e a boa vivência social. O jovem aluno para o filósofo, educado de maneira radical<sup>1</sup> é um exemplo de uma educação livre da repressão de seu mestre. Além disso, nela se faz presente a autonomia do aluno em seu processo educativo, ou seja, no escrito rousseuniano o responsável pelo processo de aprendizagem é o próprio aluno.

Esse aluno não é apenas a personagem de um livro, mas é todo um projeto pedagógico, filosófico e educacional, um modo de educar o ser humano. Essa é uma obra em especial que mesmo com sua complexidade, por sua riqueza pedagógica inspirou “a elaboração de diversos manuais e modelos educacionais e, além disso, tem sido uma referência nos estudos de várias áreas do conhecimento” (SOUZA,

---

<sup>1</sup> Radical por conta de certos exageros presentes na obra com relação a educação. Exageros que não modificam em nada os ideais de Rousseau sobre a educação. O próprio filósofo ainda argumenta alertando aos leitores sobre seus exageros, e que Emílio é um projeto para aproximar-se o máximo possível de seus ideais para ter êxito na educação, e que sua proposta não é uma fórmula pronta educar alguém. No entanto é um conjunto de ideias e reflexões acerca da educação do homem moderno (ROUSSEAU, 1973).

2016, p. 32). Com base nessa análise, observa-se a influência que essa obra proporcionou para a educação do homem ocidental. Há riqueza e elementos presentes na obra que inspiram os modelos educacionais atuais. Talvez essa riqueza esteja no que Paiva (2010) trata em seu artigo ao se referir à obra rousseuniana enquanto processo educacional que tem por objetivo conduzir o educando à busca da felicidade. Nas palavras do próprio autor:

Revestida de um lirismo bucólico, a narrativa pode ser comparada a um poema *árcade* no qual o pastor, ao conduzir sua ovelha, proporciona ao leitor uma agradável *promenade* pelas riquezas que a Natureza proporcionou aos homens. Durante essa jornada pastoril, a visão dos recursos naturais, da vida campestre, da simplicidade e da bondade do homem fomenta uma das maiores discussões do “século das luzes”, isto é, a busca da felicidade (PAIVA, 2010, p. 98, grifo do autor).

A proposta educacional rousseuniana é uma obra que exalta o afeto e atenta-se para um humano que obtenha de sua natureza a bondade e a liberdade. Rousseau procura dar ênfase aos sentidos e sentimento humano, e mesmo sendo um filósofo iluminista fez uma afronta aos ideais iluministas de cunho cartesiano que creem no homem puramente racional. Por essa razão, ele é considerado até mesmo um anti-iluminista, porquanto admite o primado do sentimento (PEREIRA; PEREIRA, 2007).

Os iluministas de vertente racionalista, em parte, afirmavam que a razão por si só basta e que não são necessários os sentidos e sentimentos humanos, porque estes nos são enganosos. O filósofo genebrino questiona essa ideia e em sua proposta educacional trata de questões que dizem respeito ao sentimento humano e à conservação da bondade e desenvolvimento das potencialidades humanas para suportar a vivência futura do homem em sociedade.

Mesmo com essa crítica, o genebrino não nega o uso da razão. Isso se faz presente em seu argumento exaltando a razão como aquela que ensina o homem a distinguir sobre bem e mal (ROUSSEAU, 1973). Portanto, a razão ilumina, mas não sozinha. É preciso levar em consideração aquilo que faz parte da natureza humana, as paixões, os sentidos e sentimentos. O filósofo genebrino está preocupado com a integralidade humana e não somente com a sua racionalidade. De certa forma, ele não vê o homem como ser puramente racional, mas um homem que é dotado de sentimentos e paixões que contam com o auxílio da razão para orientá-las bem. Desse modo, é possível analisar que o genebrino se afasta do racionalismo cartesiano, inaugurando um cogito rousseuniano. Nesse sentido:



O penso, logo existo, no contexto do Iluminismo desloca-se num sentido contrário e passa depender da observação dos fatos e da experiência, gerando um cogito iluminista que seria traduzido pela construção: existo, logo, penso. Rousseau, o “patinho feio” dos *philosophes*, introduz elementos que o distanciam do racionalismo cartesiano e até mesmo do cerne teórico do Iluminismo. Para ele a frase que melhor traduziria seu pensamento seria: sinto, logo existo (PAIVA, 2010, p. 102, grifo do autor).

Em sua proposta educacional o objetivo principal é a construção do homem para que este saiba viver bem em sociedade, ou seja, o humano tem a incumbência de aprender a ser humano e compreender suas limitações, dificuldades e qualidades segundo sua natureza, fazendo assim bom proveito disso para aplicar em sua vivência social.

O papel da educação é o de maior formador da vida humana. A educação na perspectiva rousseuniana garante a boa vivência social do homem na medida em que proporciona a ele ser formado sem amarras, ou seja, ao educar o homem não convém reprimir. Todavia, o educador tem por obrigação levar em conta o livre-arbítrio já presente no estado de natureza. Dessa forma, caberá apenas ao mestre ensinar e orientar seu educando para os deveres e condições que tendem a ser cumpridos para a sustentação de uma sociedade justa, sem que a mesma seja corrompida.

Enfim, é preciso ter conhecimento do que é a educação e a liberdade humana, clareza do conceito de homem e saber o motivo pelo qual Rousseau ter sido tão preocupado com a educação humana, desde a fase infantil até a idade adulta. Deste modo, o conceito de educação está bem distante do que é ensinado nos muros da maioria das instituições. Educação para ele provém do berço.

## 2.1 DA EDUCAÇÃO

A educação é um caminho a ser trilhado pelo ser humano. Um caminho que constitui seu eu e ajuda a firmar sua liberdade. Todo ser humano deve ser educado. Não apenas educado, mas **bem-educado**. O homem tende a ser educado para o bem e a liberdade. Por mais simples que pareça dissertar sobre a tarefa de educar e por ser uma tarefa de magnitude, há uma enorme dificuldade para se concretizar na prática, e requer cuidado e atenção especial daquele que é o educador.

Na obra rousseuniana observa-se dois pontos relevantes. O primeiro com relação ao período histórico e também as formas de educar existentes, e em segundo

lugar a ordem e os conteúdos explícitos. O primeiro ponto, com relação à formação humana no século XVIII, que era realizada por intermédio de instituições, as quais não eram refutadas por Rousseau, porém foram criticadas pelo mesmo por reprimir e querer formar um cidadão antes de se formar um homem. Outra maneira era através dos preceptores<sup>2</sup>, uma forma um tanto mais comum de se educar nesse século. Os preceptores eram contratados para trabalhar com uma família e se essa família residisse no campo, ou em locais próximos a cidade, mas de difícil acesso, o preceptor morava na casa da família, enquanto mantivesse o contrato de ensinar as crianças e adolescentes (ALMEIDA JUNIOR, 2013).

O filósofo genebrino ao tratar da educação de sua personagem segue o método de ensino mais comum de sua época. Dessa forma, fica claro que muitas coisas referentes às metodologias de ensino, atualmente são impossíveis de serem realizadas nas instituições, pois em sua proposta educacional está presente um método de ensino diferente da metodologia das instituições. Contudo, os ideais presentes nessa obra têm como objetivo uma formação virtuosa do homem e cidadão. Isso é algo que, independentemente do ambiente ou método de ensino, torna-se o essencial para a educação humana.

Com relação a estrutura da obra, no livro primeiro, o genebrino explica o sentido e a razão do conceito de educação. A partir da metade do primeiro livro e nos três outros faz uma análise de como tal conceito deve se dar na vida humana representada pelo seu aluno imaginário, e no último livro discute sobre a educação da mulher ou menina Sofia. Sendo assim, é possível observar como se dá a educação do homem desde sua infância até a vida adulta, o que o levará a se tornar um bom cidadão na sociedade, mas isso só se concretiza sob a orientação de seu mestre. Entretanto, é essencial o cuidado no encaminhamento da criança, para não interferir no seu processo natural de aprendizagem.

O conceito de educação para Rousseau, em primeiro lugar é um ato que é direito de todos, pois começa com o nascimento do ser humano. “Nascemos capazes de aprender, mas não sabendo nada, não conhecendo nada. A alma, acorrentada a seus órgãos imperfeitos e semiformados, não tem sequer o sentimento de sua própria existência” (ROUSSEAU, 1973, p. 40). Todos têm desde

---

<sup>2</sup> Os preceptores são os assim chamados governantes da criança durante o processo educacional (ALMEIDA JUNIOR, 2013). Em suma, esses ocupam em termos a tarefa de educadores e/ou professores.

seu nascimento a capacidade de aprendizado, uma educação natural. Contudo, não sabemos fazer uso dessa capacidade ainda na fase de lactância, com a idade da razão é que articulamos melhor essa capacidade de aprendizado.

Ao dissertar sobre a educação enquanto direito de todos, há resquícios de uma afronta ao sistema educativo elitista que pensa a educação apenas para os mais favorecidos. Diferente do elitismo, o genebrino vê no pobre o homem mais bem formado, aquele capaz de se adaptar e sobreviver e que se aproxima ao máximo da natureza humana. Para o pensador a educação o deve se preocupar em bem formar um homem, por isso ela não está ligada ao status social, mas em formar a pessoa humana aproximando-se de sua natureza. Isso não quer dizer que é preciso educar um homem para ser selvagem, mas que aprenda com sua natureza a se tornar forte física e mentalmente para enfrentar as dificuldades e sofrimentos. O ato de educar é encaminhar o homem para exercer e experimentar sua liberdade enquanto criatura.

A educação transmite valores da cultura humana que devem ser passados de geração em geração, “uma sociedade humana não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração para geração” (ABBAGNANO, 2007, p. 305). A educação é responsável por essa transmissão de valores que são conduzidos por determinada cultura. Todavia, para o genebrino esse conceito não é apenas transmissão de valores, e sim promotora de uma das maiores vocações do humano, sua formação integral. Assim sendo, seus objetivos se revelam como bem elevados, já que visam essa formação humana.

O alvo desse conceito na proposta pedagógica do filósofo é bem detalhado. O de reconstruir um homem virtuoso e justo para bem viver numa sociedade mesmo que ainda corrompida, e para que sendo exemplo, outros busquem também esse caminho. Sendo assim, a educação é o caminho do homem virtuoso. No entanto, de que modo essa educação está fundamentada em Emílio de Rousseau? Quais os fundamentos dessa educação? Esse é um problema que não depende de uma resposta repleta de incógnitas. Logo nas primeiras páginas dessa obra a hipótese se faz presente, pois na proposta educacional rousseuniana ela se fundamenta como alimento intelectual e humano para o homem, ela é a promotora do desenvolvimento das potencialidades e virtudes humanas. É por essa razão que essa proposta do genebrino propõe uma educação integral, desde a infância à vida adulta, porque:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos é-nos dado pela educação (ROUSSEAU, 1973, p. 10).

Precisamos da educação, ela indica nossos primeiros passos, nos ensina a descobrir quem somos e encontrar propósitos para bem viver. Com ela encontramos nossa vocação, e é a única que estimula o nosso desenvolvimento tanto humano, quanto racional. O homem nasce frágil e sensível, e desse modo “com a vida começam as necessidades” (ROUSSEAU, 1973, p. 34). Assim, ele precisará de cuidados, que são proporcionados por essa educação como sinônimo de alimento para a vida humana, como fundamento e desenvolvimento de suas potencialidades.

O homem enquanto recém-nascido seus primeiros cuidados são os de sua mãe ou de uma ama sadia, e depois daquele que será seu preceptor e o guiará até a vida adulta. Vale ressaltar que nossa primeira educação, a da natureza, tem papel importante no que se refere a educação que se inicia conosco, pois ela nos faz buscar aquilo de que necessitamos para nos fortalecermos. Logo, um dos papéis dela é o de proporcionar ao homem enfrentar os bens e males da vida, e por isso só sabem enfrentar essas proezas aqueles que são mais bem educados.

Além de construir uma nova maneira de pensar a educação, instaura também uma nova forma de se pensar o homem, reconhecendo-lhe a capacidade de dirigir seu próprio eu, firmar sua liberdade, sua identidade (PEREIRA; PEREIRA, 2007). Assim, na educação há o ganho de uma nova dimensão quanto ao sujeito do processo educativo, ou seja, o genebrino reconhece o educando como o próprio sujeito de sua educação.

Segundo esse modelo educativo cabe uma pergunta: sendo o educando sujeito de seu processo educativo, qual a serventia do mestre e como aprender o que não nos é inato? No pensamento rousseauiano o mestre ou educador não é mais detentor de todo o conhecimento e não deve transmitir o seu conhecimento a seu educando. Nesta perspectiva, o mestre torna-se aquele que estimula o educando a construir seu próprio conhecimento.

Na proposta educacional rousseauiana, o papel do mestre torna-se diferente do que era conhecido no século XVIII. Segundo o filósofo de Genebra, neste período “o discípulo só olha o mestre como a marca do flagelo de sua infância; o mestre só olha o discípulo como um fardo pesado de que aspira a desembaraçar-se o mais depressa possível” (ROUSSEAU, 1973, p. 30). Os dois buscam mais se verem livres

um do outro do que construir uma boa relação verdadeira entre eles. Na proposta rousseauiana há uma tentativa de reverter essa questão, colocando o afeto e a confiança mútua entre eles, manifestando que a relação mestre e discípulo ou professor e aluno é bem mais que a mera transmissão de valores. Se não houver uma relação assim, o gozo em ensinar e aprender nunca existirá de verdade entre ambas as partes.

Contudo, mesmo com o amor e afeto, cabe também ao mestre manter seu aluno com vigor e proporcionar a ele crescer de maneira saudável e forte, porque “o corpo débil enfraquece a alma” (ROUSSEAU, 1973, p. 31). Um corpo doente não suporta as dores da vida. É preciso que o aluno seja forte para a vida humana porque a saúde nos ajuda a desenvolver-se mais.

Conclui-se que Rousseau defende a educação como um conceito que está para além das instituições e não apenas como o dever de transmitir valores, conhecimento e informação. Dessa maneira, compreende-se que:

A educação torna-se um processo natural e mistura-se com a vida. [...] Rousseau opõe-se à educação como transmissão de valores, conhecimentos e informações; à educação que procura moldar a natureza da criança com padrões pré-estabelecidos – com maneiras de pensar, agir e sentir determinadas por forças externas aos seus interesses e expectativas. A educação se constitui em expansão das aptidões naturais e só pode acontecer por meio do desenvolvimento interno da criança, pela ação de seus instintos e inclinações (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 25).

A educação para esse pensador não se trata apenas de *tecné* ou *práxis*, e é ainda para o genebrino mais do que mera transmissão de valores. A partir de Rousseau, esse conceito torna-se “processo vital na formação da pessoa humana para o exercício criativo da liberdade” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 10). Ela é o conceito que leva o homem a sua vocação primeira, a de ser humano. Nesse sentido, uma educação libertadora só há quando for humanizadora.

Na obra educacional rousseauiana, a grande preocupação está numa educação que valorize o ser humano. O filósofo genebrino já explicita que sua preocupação primeira quanto a educação não está na carreira de seu aluno. Em suas próprias palavras, “que se destine meu aluno à carreira militar, eclesiástica, ou à advocacia, pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana” (ROUSSEAU, 1973, p. 15). Assim a educação do homem tem início

em sua natureza e desde seu nascimento ele é moldado por ela a crescer e fortalecer-se para conseguir viver de forma digna e virtuosa no meio social.

Para a compreensão do ensino que busca bem formar o homem em sua totalidade, o filósofo afirma que nossa educação humana só poderá vir da natureza, dos homens e das coisas. Sendo assim, ocorre a definição do conceito dividido em três: a educação doméstica ou da natureza que é o desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos; o uso que ensinado a fazer desse desenvolvimento que é a educação dos homens na qual o homem aprende com o próprio homem e o ganho das experiências vividas sobre os objetos que nos afetam, que é a educação das coisas. Com isso, o filósofo afirma que:

Dessas três educações diferentes a da natureza não depende de nós; a das coisas só em certos pontos depende. A dos homens é a única de que somos realmente senhores e ainda assim só o somos por suposição, pois quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que cercam uma criança? (ROUSSEAU, 1973, p. 11).

Logo, o processo de aprendizagem do homem depende desses fatores essenciais. Embora esteja bem separado, esse processo de aprendizado vem ocorrendo simultaneamente na vida do ser humano à medida que vem crescendo. A educação segundo a proposta pedagógica rousseauiana só poderá surgir a partir desses três fatores presentes em cada ser humano.

## 2.2 EDUCAÇÃO COMO PROCESSO NATURAL

A educação da natureza pode ser compreendida enquanto a formação natural humana, ou o que faz parte da natureza humana e durante o processo de aprendizagem não deve ser refutado. Nessa forma de educar está presente também uma educação negativa, pois enquanto criança na infância, para o genebrino ainda não há o desenvolvimento total de uma razão intelectual. Nesse sentido, a criança deve ser privada de alguns conhecimentos que exigem maior uso da razão para sua compreensão e a natureza nesse momento deve conduzi-la. Dessa forma, a **educação negativa** consiste:

[...] precisamente, em nada fazer quando se trata de deixar a natureza orientar o caminho. Muitos intérpretes entendem a educação negativa como uma espécie de não intervenção absoluta, como se o bebê possuísse, em

estado latente, todas as virtudes sociais. Na verdade, é preciso que todas as crianças sejam educadas, mas não se deve tentar fazer o papel da natureza e acelerar os processos que ela somente com o tempo desenvolverá (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 122).

Essa educação é um meio de respeitar as etapas da vida humana, e precisamente a vivida pela criança. É deixar que a criança seja criança primeiro, para depois com o tempo em uma outra etapa da vida torne-se homem e cidadão. Portanto, essa etapa não é um mal à criança. Logo, pode simbolizar e evitar que ela aprenda o que é mal antes do tempo e o passe a praticar.

Seguindo os passos da proposta formativa rousseauiana, o homem aprende e possivelmente passará a viver numa sociedade mais justa e livre. No entanto, o homem só transformará a sociedade somente se houver o resgate dos conceitos dados por sua natureza; “a educação da natureza é responsável pelo processo maturacional e evolutivo do desenvolvimento humano” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 27). O princípio fundamental da educação para o filósofo é o resgate do que é dado de bom pelo estado de natureza e deve ser desenvolvido no estado civil.

O filósofo genebrino se distingue de Thomas Hobbes (1588-1679) com seu ideal de estado de natureza. Afim de fazer um breve comparativo, a definição do estado de natureza segundo Hobbes o homem é pensado nesse estado como um ser conflitante e agressivo, Rousseau, por outro lado, analisa em sua concepção teórica, esse ideal como bom e é nele que o homem encontra as prerrogativas da sua bondade e liberdade.

Portanto, a educação da natureza é responsável por resgatar a integralidade e estimular o desenvolvimento humano. Ela proporciona ao homem seguir sua vocação de ser bom. Nessa educação, ele não é educado para os outros, mas primeiro para si e para assumir quem é.

A conservação das virtudes do estado de natureza como a bondade não é simplesmente manter a criança nesse estado. Nesse âmbito, o ser humano vive em sua individualidade e quando adentramos em sociedade, não há mais volta para esse estado. Com isso, o ser humano tende a se submeter a uma vontade geral, um contrato social, ou seja, é na relação civil com o outro que iniciamos a passagem do estado de natureza para o cívico. Essa se torna a passagem do homem natural para o homem social ou civil. Mas quem é o homem natural? E o que o difere do homem civil? Segundo o pensamento rousseauiano:

O homem natural é tudo para ele; é uma unidade numérica, é o absoluto total que não tem relação senão consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao dominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social (ROUSSEAU, 1973, 13).

No estado de natureza o homem se encontra só, feliz, em paz, ou seja, livre. No confronto do homem com o seu próximo, aparece uma situação conflitante em relação à liberdade humana, pois nesse confronto o mais forte vencerá e o mais fraco ficará com sua liberdade ameaçada. Por essa razão, para não ter a liberdade ameaçada por meio do confronto, os homens fazem um pacto social, para conservar a vida e sua liberdade.

Na educação natural, ao propor um resgate de alguns de valores naturais, há uma obrigação de fazer com que o homem preserve a bondade e a liberdade que lhes são naturais. Esses conceitos inatos do homem devem ser preservados até a sua inserção na sociedade, pois “ademais, a educação natural deve tornar um homem adaptável a todas as condições humanas” (ROUSSEAU, 1973, p. 29). Com isso, Rousseau demonstra que o ato de educar é um ato que nos torna adaptáveis às condições humanas.

À educação natural compete buscar formas de adaptar-se a determinada condição, ou seja, é o momento que crescendo, o ser humano deve fortalecer seu corpo, deve ser privado dos vícios e aprender a lidar com suas paixões. Dessa forma, educar não é adestrar, mas sim ensinar e orientar a criança para seus deveres; “socializar não adestrando torna-se o lema maior da educação natural” (DALBOSCO, 2011a, p. 187). Essa educação tem por objetivo um fortalecimento para a ideia de se criar um homem livre e virtuoso.

Logo, a função da educação é fazer com que o homem tenha consciência de que é livre por natureza e é dever da mesma tomar cuidado para que essa liberdade não seja reprimida na vida do homem, desde criança à vida adulta. Enfim, cabe à “educação propiciar ao indivíduo uma existência natural, independente e livre [...] que possibilite ao homem atingir sua própria interioridade e a consciência de sua liberdade” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 37). Deste modo, educar segundo a teoria rousseauiana é fazer com que o futuro homem e cidadão seja responsável para com seus atos, saiba viver em igualdade e liberdade, bem como busque manter-se longe dos vícios e de corromper-se. Por isso, o filósofo genebrino em sua obra dará ênfase



ao início da vida humana, no qual ele acredita estar o problema dos vícios e corrupção do homem.

### 2.3 O APARECIMENTO DA INFÂNCIA

O conceito de infância, embora seja mais bem explanado atualmente, já fora destacado no século XVIII, pelo filósofo de Genebra em um contexto conflituoso que não tinha um olhar atencioso para a infância e educação das crianças. De uma maneira diferente de muitos pensadores que eram seus contemporâneos, ele defendeu a ideia que a educação de crianças não se deve iniciar pela razão, mas sim pela experiência e pelos sentidos (DALBOSCO, 2011a). O seu ideal de infância visa primeiramente à formação humana sensitiva e não à formação racional humana. Contudo, a verdadeira razão de iniciar pelo que os iluministas tanto refutam é que na infância a razão dorme<sup>3</sup>.

Com sua noção de infância, Rousseau será crítico de uma tradição que remonta até à filosofia clássica, em Platão, porque “dele se originou a tese de que a criança é um pequeno adulto” (DALBOSCO, 2011a, p. 149), justamente essa ideia que é rebatida, pois na proposta rousseuniana, a criança deve ser criança. “A infância tem maneiras de ver, de pensar, de sentir que lhe são próprias (ROUSSEAU, 1992 apud ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 125).

Para educar uma criança é preciso que seja respeitada cada etapa ou momento que ela vive, ou seja, não se educa crianças como pequenos adultos, isso envenena a etapa da infância e retira da criança sua sensibilidade com a natureza e as coisas; é preciso que a criança seja criança. Nas próprias palavras do pensador de Genebra sobre a definição infância, “A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem o seu na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 1973, p. 61). Daqui surge o primeiro pensamento acerca da infância na educação dos homens, momento único que não deve ser negado a nenhuma criança, pois é direito natural de toda.

---

<sup>3</sup> O filósofo de Genebra acreditava ser com a adolescência, o início da idade da razão. Por isso afirmava a infância ser o momento em que a razão dorme e o que se tem nesse período é uma razão sensitiva (ROUSSEAU, 1973). Sendo assim, o processo educativo da criança inicia pela experiência e os sentidos.

A infância é responsável pelo crescimento e fortalecimento afetivo da criança, ela é uma condição humana que deve ser vivida. Aos cidadãos da sociedade, ao governante ou preceptor da criança, trazendo para atualidade, ao professor ou pedagogo é dever respeitar essa etapa. Se for arrancado o gozo e o prazer desses inocentes tão frágeis, e eles passarem a ser tratados como pequenos adultos, que deleite eles terão pela vida e pelo conhecimento humano? O encanto pela vida e o conhecimento surgem na infância.

Além disso, essa etapa proporciona ao ser humano desde o início de sua vida a experimentar momentos alegres, tristes, sofrimentos, dores e quedas, e tudo o que viver na infância o fortalece para superar as dores futuras da vida adulta. A criança nesse momento da vida não deve ser mais do que ela mesma, ou seja, cabe a ela brincar, sorrir, ser alegre e não se distanciar da natureza e das coisas. Na infância ela deve ter prazer e gozo pela vida.

No entanto, para que uma criança encontre prazer pela vida é preciso que ela não seja privada da maior das virtudes, a **liberdade**, que cresce conforme suas forças naturais. “Tua liberdade, teu poder só vão tão longe quanto suas forças naturais, e não além; tudo a mais não passa de escravidão, ilusão, prestígio” (ROUSSEAU, 1973, p. 66). O prazer de ser livre a tornará forte, pois saberá, com o auxílio de seu preceptor a enfrentar seus medos e a conservar seu bem natural.

Retomando à infância, essa é uma fase da vida humana já imposta pela natureza, e interrompe-la é o mesmo que tornar a criança mais fraca. Isso ocorre quando uma criança é tratada como adulta recebendo demandas, tarefas e necessidades acima do que é de seu crivo. Além de ser fraca, ela pode tornar-se angustiada desde pequena e nunca sentirá gozo pela vida, pela liberdade e possivelmente não terá noção e experimentação do que é ser humano. Será um homem fraco, porque segundo o genebrino, o fraco é aquele cujas necessidades ultrapassam sua força (ROUSSEAU, 1973). Já o forte é aquele cuja força em termos nietzschianos, sua **vontade de potência**<sup>4</sup>, ultrapassam suas necessidades. Um homem forte não vive para suas necessidades, mas é aquele que aprende a suprir e lidar com elas.

---

<sup>4</sup> Na obra **Genealogia da moral: Uma Polêmica** (2009), o filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900), definiu esse conceito enquanto elemento essencial para a vida. Uma força que move o homem para a vida.

Uma criança não sabe lidar com suas necessidades, pois “embora seja um ser em potencial, ela é incompleta e inferior em relação ao adulto e, por não ser dona de si mesma, precisa ser guiada pela intervenção do adulto” (DALBOSCO, 2011a, p. 148). Não se deve sobrecarregá-las com tarefas ou deveres que não lhes convém, porque a criança é um ser frágil. O controle de suas necessidades se dá no seu crescimento quando ela vem se fortalecendo fisicamente e passa a conhecer-se enquanto homem.

Por fim, a infância é uma fase de crescimento, fortalecimento e desenvolvimento, mas para que a criança se desenvolva ou pelo menos inicie esse desenvolvimento, ela deve ter noção de seus deveres morais e seu preceptor deverá prepará-la primeiro para ser homem e depois um cidadão. No entanto, ela deverá antes disso aprender a ser criança, articular bem seus sentimentos e acima de tudo ter consciência de seus deveres.

### 3 OS DEVERES MORAIS DA CRIANÇA

Parece um tanto contrário à proposta rousseuniana quando se fala em deveres morais para uma criança. No entanto, educar uma criança fora dos muros das instituições ou das cidades, não é sinônimo de uma educação desregrada ou a criação de um ser mal-educado que não respeite nada ou ninguém. Exige nesse modelo educativo deveres aos quais o educando tende a respeitar. E àquele que é o governante da criança, ou seja, o responsável em orientá-la no processo educativo deve encaminhá-la a ser consciente e responsável por suas ações fazendo com que seja livre para assumir o que fez de errado e que saiba desde cedo a buscar a sua bondade natural.

Os deveres morais que devem ser ensinados desde o período da infância vão de encontro à procura da realização do bem, mesmo a criança não sabendo de maneira aprofundada o que é o bem. Contudo, o objetivo de tais deveres é durante o processo educativo fazer com que a criança tome consciência do que são as boas ações que o conduzirão a tornar-se um homem virtuoso, bondoso e livre.

Entretanto, o que aparenta ser uma tarefa fácil de argumentar, torna-se um grande desafio a cumprir, ainda mais no contexto do século XVIII. Isso ocorre pelo fato de que a imagem desse homem acaba se degenerando por diversos fatores que o envolveram ao longo da história. Segundo Paiva (2007), esses fatores estão presentes na relação que se estabelecia entre educador e educando que:

[...] Não passava de uma transmissão hierárquica do saber institucionalizado. Mesmo o individualismo cristão ficou circunscrito à ideia de Cristandade, e tanto o controle moral pela consciência quanto à imagem de homem livre acabaram diluídos numa prática pedagógica autoritária e dogmática que se seguiu sob os auspícios da patrística e da escolástica (PAIVA, 2007, p. 326).

Por isso, **Emílio** é uma obra que vem tentar suprir isso. Além de revelar a naturalidade que o acompanha desde o nascimento e a desnaturalização do homem feita por meio da sociedade e as instituições, essa proposta pedagógica desvenda um homem que assim podemos chamar virtuoso. “Obra que engloba os ideais renascentistas, cristãos e mesmo iluministas, mas numa perspectiva própria que valoriza o homem real, concreto, empírico e circunstancial” (PAIVA, 2007, p. 326). Com isso, o genebrino propõe que seu aluno trate por igual seu semelhante, sem ser

tomado pelos vícios presentes nas grandes cidades, como a inveja, a luxúria, a sede pelo poder e o domínio dos outros.

Por essa razão é chegado o porquê de Emílio ser educado no campo, pois lá ele estará longe dos vícios e dos homens maus que podem lhe servir de exemplo para deixar de praticar o bem. Sendo educado próximo à natureza e distante dos vícios, surge a primeira tarefa do preceptor e de seu aluno, a maior virtude e única lição moral que deve ser conservada e ensinada a criança para que exerça em qualquer idade ou etapa da vida. É a lição de “não fazer o mal a ninguém” (ROUSSEAU, 1973, p. 94). Quem procura não fazer mal, sem precisar ser subordinado ou querer algo em troca, certamente buscará praticar o bem. Essa é a primeira tarefa do aluno.

Na tarefa de educar, o filósofo genebrino segue muitos preceitos naturais e um deles é que aprendemos com os homens e as coisas. Tendo essa base o aluno será influenciado pelo meio até mesmo por sua máxima já exposta em na obra rousseauiana, “tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos dos homens” (ROUSSEAU, 1973, p. 9). O homem enquanto aquele que sai da mão do autor de todas as coisas é, segundo Paiva (2007), suprema obra de arte da natureza e tem a bondade como sua dádiva natural que o possibilita estar realizado. Tendo como base tais esclarecimentos a respeito do homem e sua realização, “Rousseau não se contenta em apenas admirar esta obra de arte, mas quer avaliar suas características próprias na forma que saiu das mãos do autor das coisas” (PAIVA, 2007, p. 327). Com isso, o homem é educado para duas finalidades a de ser homem (individual) e cidadão (social).

Desse modo, temos o ponto de partida da educação do homem. Ela está no que é aprendido na relação individual e na de uns com os outros (vivência social). Nesse sentido, na relação educador e educando, o papel do preceptor ou governante é ser exemplo o tempo todo e ter noção de que seu aluno a todo momento o observa. O educador é o maior exemplo de vida e moral da criança.

Por fim, às pessoas cabem também seu exemplo, pois ao analisar os relatos de Rousseau sobre o aparecimento da corrupção e dos vícios, tudo emerge das cidades e nações. Então, como criar um homem virtuoso nos grandes centros? Nesse sentido, a proposta rousseauiana é a de educar o aluno em uma vida simples, próximo ao contato com os campos e a natureza.

A razão desse contato é que o aluno seria encaminhado a refutar as grandezas ilusórias que poderiam desviar de um caminho virtuoso e torná-lo um ser humano

frustrado e corrompido, por não as conquistar abraçando assim, a proposta de um ser humano virtuoso por intermédio da simplicidade.

Desse modo, outra virtude que se apresenta na educação é a simplicidade. Ser simples não está ligado somente a ser educado nos campos, mas é buscar um estilo de vida que atenda às necessidades, sentimentos e paixões que são inatas ao ser humano. No entanto, além da simplicidade própria à vida rural "[...] o campo, com sua realidade espaço-temporal bem distinta da agitada vida urbana, possibilita o desenvolvimento do quesito maior da formação humana: a liberdade" (PAIVA, 2007, p. 329). Por isso, se o ser humano seguir virtuoso, for simples e livre, com certeza será bom no que faz. Contudo, para construir um ser humano assim, ou pelo menos indicar o caminho para ele é necessário retirar o mal pela raiz. Sendo assim, é indispensável questionar-se sobre o surgimento dos vícios.

### 3.1 AS MENTIRAS E OS VÍCIOS: COMO BROTAM?

No percurso de formação humana, aprendemos diversas coisas para o fortalecimento, desenvolvimento e bom direcionamento para se tornar um bom homem e bom cidadão. Entretanto, pode ser aprendido nesse percurso aquilo que não é devido, as mentiras e os vícios, pois elas conduzem a pessoa humana a um caminho de corrupção e maldade. Afinal, na perspectiva rousseuniana, todo mal praticado pelo homem tem sua origem partindo da mentira e dos vícios.

Esse mal, diferente do que pensavam alguns filósofos, não parte do coração do homem, mas do exterior. São maldades que aprisionam o homem e só podem ser aprendidas pelo próprio homem quando está em conflito no meio social. Nesse sentido, a maldade brota da relação com o outro na degeneração de valores naturais e na degeneração do amor próprio, que é um amor no sentido de conservação de si mesmo, mas a degeneração dele causa a inveja e o espírito de poder e querer ser mais que o outro.

Embora pareça estranho, não é pretendido a propagação de seres antissociais, mas esse argumento a respeito do surgimento da mentira e dos vícios é um diagnóstico. Um homem que vive num estado cívico é incapaz de viver só. Segundo Rousseau (1973) a natureza o chama a conviver com seu semelhante. Por essa razão, a grande questão é como então não deixar que a maldade brote no coração humano? E a resposta não é simplesmente deixar de viver em sociedade para se tornar um ser

isolado de tudo e de todos, mas sim numa boa educação que leve o homem a desde sua infância a refletir, ter consciência e responsabilidade de suas ações, e acima de tudo no exemplo e bom testemunho, porque “a degeneração veio pelas mãos do homem, cabe a ele reconciliar-se com sua própria natureza, consigo mesmo e com o próximo” (PAIVA, 2007, p. 327). Aqui está presente o dever do mestre, orientar e dar exemplo a seu aluno para a realização dessa tarefa.

Entretanto, a tarefa de orientar e ser exemplo para preservar o homem da maldade pode ser dificultosa na infância. Pelo fato de não haver possibilidade ainda de explicar conceitos concretos de maneira clara, pois a criança não sabe distintamente o que é **certo** ou **errado**. Assim também como não se tem certa noção de como explicar isso a uma criança. Um exemplo claro disso é o diálogo do governante e o aluno presente na proposta rousseauiana sobre o errado, o proibido e a mentira<sup>5</sup>.

Sendo assim, explicar tais conceitos não seria uma tarefa mais para a vida adulta? A resposta para essa questão é sim, a explicação mais delineada compete à vida adulta ou o momento da introdução à idade razão intelectual. Na infância é cabível explicar o que é **certo** e **errado**, a partir do empírico e da prática. Por exemplo, se uma criança diz uma mentira e é advertida que mentir é errado, ela questionara essa advertência. Por isso, a correção a ser feita deve revelar por meio da experiência e da prática, que a mentira contada trará consequências ruins e negativas, assim como mostrar que a criança como sujeito dessa ação é responsável por ela e suas consequências. Nesse sentido, a criança na infância deve saber o que é o motivo ou a causa de mentir ser errado, ou seja, ela carece nesse momento de saber o porquê é errado mentir. Ela tem que compreender a consequência de seus erros.

Consequência dos erros não é no sentido de castigo, pois o genebrino se opõe à ideia de castigo. A punição só oferece medo e isso se tornaria até um incentivo à mentira pelo fato de a criança buscar mentir para se safar do castigo. Desse modo, ela nunca seria de tudo favorável a dizer a verdade e não passaria a ser alguém confiável para seu governante. Portanto, essa consequência é tornar a criança conhecedora e responsável por seus equívocos.

---

<sup>5</sup> Há um diálogo para explicar que o mestre impede a criança de fazer algo que é proibido por ser errado então a criança lhe pergunta e o mestre lhe responde de maneira a surgir sempre dúvidas ao aluno, e ao fim do diálogo vemos que a criança não saberá nunca o que é errado, pois o mestre explica as coisas sem clareza e o ensina coisas que ela ainda não tem capacidade de distinguir (ROUSSEAU, 1973).

Na relação do preceptor ou governante com o seu aluno deverá sempre haver confiança entre ambos. Para o aprendizado e ensino, a confiança é mais uma potencialidade que é desenvolvida na educação e pode ser descrito que essa seria uma virtude contrária ao vício da mentira. Quem a exerce transforma-se numa pessoa a quem possa sempre confiar, alguém responsável e que busca ser próximo a verdade.

Logo, se há confiança nessa relação nunca haverá mentira, pois o mestre traja um exemplo de verdade. Por isso a mentira só poderá primeiramente vir dos mestres. Nas palavras do genebrino “as mentiras das crianças são todas obra de seus mestres” (ROUSSEAU, 1973, p. 91). Desse modo, cabem a eles o bom exemplo para seus alunos. Não é preciso dizer à criança que ela deve sempre dizer a verdade no sentido de obrigá-la, a partir do exemplo de seu mestre ela deverá ter amor à verdade. Ora, de que adianta dizer a alguém que deve sempre dizer a verdade, se o mesmo não a diz? É um tanto contraditório.

Logo, cabe ao mestre influenciar seu aluno com seu bom exemplo, orientá-lo para que assuma naturalmente sua humanidade e bondade privando-o dos vícios e paixões que não lhe são naturais. Embora sejam frutos dos mestres e das pessoas ao redor, os males têm uma origem muito mais profunda que é a degeneração do **amor de si** em **amor-próprio**.

### 3.2 AMOR DE SI E AMOR-PRÓPRIO

O homem em estado de natureza é dominado por necessidades naturais que ele mesmo as satisfaz. E neste estado há dois princípios anteriores à razão que dão origem as regras do direito natural, o **amor de si** que visa o próprio bem-estar e conservação de si mesmo e a piedade a qualquer ser sensível. Esses sentimentos, bem como as paixões naturais humanas são o que levam o homem a conduzir sua vida. Conforme o genebrino:

O ser humano é dotado de paixões. Suas paixões naturais são muito limitadas, porém são os instrumentos de sua liberdade e tendem a conservá-lo. A natureza não lhe oferece paixões que o leve a se destruir. O homem se apropria delas à sua revelia. Ele próprio é responsável por suas escolhas, mas suas paixões o levam a conduzir sua vida (ROUSSEAU, 1973, p. 62).



O **amor de si** é um sentimento natural ao ser humano e de que decorrem as paixões naturais que conduzem o homem a cuidar e conservar vida. Esse sentimento é uma necessidade natural, diferentemente do que surge da degeneração dele, o assim chamado, **amor-próprio**. Embora, seu surgimento seja natural a partir da relação do homem com seu semelhante, esse amor é responsável pelo surgimento dos males da vida.

O homem natural se basta por si só, mas na medida que vive em sociedade, o homem enquanto jovem, desperta em si o amor-próprio. Não que esse sentimento seja totalmente ruim, no entanto ele desperta um olhar no homem que pode fazer com que desenvolva e pratique os vícios e paixões desmedidas. Na concepção de amor-próprio, compreende-se que “o *eu* relativo se põe sem cessar em jogo e que nunca o jovem observa os outros sem se voltar para si mesmo e comparar-se a eles” (ROUSSEAU, 1973, p. 271, grifo do autor). Logo, basta saber de que modo se colocará em entre seus semelhantes esse jovem após essa comparação.

O pensador ressalta que o amor-próprio surge da comparação de si com o outro, e é a partir daí que se apresenta o risco, pois desse comparar-se pode adentrar ao coração humano um sentimento ou paixão de competição, de poder sobre o outro, o querer ser o melhor ou sentir-se medíocre passando a odiá-lo por isso. Nesse ponto, o genebrino expõe onde iniciam os conflitos da humanidade e o que será uma pista para a efetivação o pacto social.

Em relação ao **amor-próprio** com os males que desperta é um sentimento a ser educado, pois esse sentimento que se compara “nunca está satisfeito e não o poderia estar” (ROUSSEAU, 1973, p. 233). Nunca está satisfeito porque em cada ser humano ele sempre preferirá o outro e que o outro o prefira, algo impossível de se realizar. Isso gera conflito e vícios como a inveja e o desejo de domínio sobre os outros e os outros terem domínio sobre seu eu, enquanto sujeito. É um sentimento ambicioso.

O que dá luz a esse sentimento é a razão e imaginação. Por isso esse amor é inevitável na vida humana e não deve ser destruído, contudo educado. Embora tenha um caráter um tanto conflitante e negativo, ele possui um sentido ambíguo, pois torna necessário para o desenvolvimento racional e relacionamento social com o semelhante. O saldo desse sentimento é que ele:

[...] pressiona permanentemente para aperfeiçoar nossa capacidade de ver o mundo de outro ponto de vista além do nosso. Nesse sentido, não há dúvida de que ele contribui para a formação da razão na medida em que estimula os

indivíduos ao desenvolvimento de sua capacidade de se autorrepresentar, tendo também que compreender como os outros percebem seu próprio mundo e o mundo de seus parceiros (concorrentes) (DALBOSCO, 2011b, p. 493, grifo do autor).

Com isso, o homem torna-se mais desenvolvido, porque em contato com o outro e o que está ao seu redor, ele é posto a raciocinar e imaginar, o que não é um ponto negativo. Dessa forma, esse sentimento conduz o homem à sociabilidade. Apesar disso, esse sentimento deve ser educado, ou seja, moldado.

No entanto, vale enfatizar, por qual razão educar esse sentimento? Uma das respostas possíveis é a de que no processo de sociabilidade não há retorno para uma vivência totalmente individualizada. Outra resposta está ligada ao bem que esse amor gera na vida social humana. A segunda resposta consiste em afirmar que:

A perspectiva do outro é constitutiva da sociabilidade humana e isto porque contém em germe a possibilidade da autorreflexão, à qual se ligam tanto a liberdade como a moralidade humana, o fato é que ninguém já nasce com a capacidade inteiramente pronta de se colocar no lugar do outro e muito menos de se colocar eticamente (normativamente) no lugar do outro. Portanto, tal capacidade precisa ser educada (DALBOSCO, 2011b, p. 494, grifo do autor).

Desse modo, o **amor-próprio** é esse sentimento que possibilita essa autorreflexão e oferece essa capacidade de colocar-se no lugar do outro. Por isso, deve ser educado. É ele a capacidade que precisa ser educada. Contudo, podemos nos perguntar, o que realmente educa esse sentimento capaz de causar males? É o sentimento e virtude da piedade que é uma sensibilidade natural muito nobre, “uma virtude universal que é mais útil ao homem quando nele precede o uso de qualquer reflexão” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 63).

Portanto, a piedade é um sentimento que “moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie” (ROUSSEAU, 1976 apud PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 63). Dessa forma, bem mais do que um sentimento, a piedade é uma virtude que transforma o olhar comparativo do ser humano em um olhar de compaixão, de sofrer com o outro, de reconhecer no próximo não só o que ele aparenta ter e perceber que há também sofrimento e desgraça por de trás dele. Um olhar não de diferenças, mas de igualdade sob o que torna os seres imperfeitos e degradados para que sendo assim, com as virtudes que estão em nós, que servem de alimento, por meio de uma educação que forme seres

virtuosos para enfrentar as dificuldades da vida tornando-nos seres humanos melhores, que sejam capazes de se conservarem e não de se destruir mutuamente.

Entretanto, antes de adentrar a educação como desenvolvimento das virtudes e potencialidades humanas, faz-se necessário falar do homem em seu estado natural e civil para assim, bem compreender as teorias rousseauianas e a razão de se pensar a educação enquanto caminho de formação de potencialidades e virtudes.

### 3.3 DO ESTADO DE NATUREZA E ESTADO CIVIL

Em sua obra polêmica **Do Contrato Social**, o genebrino tratou não só de oferecer um diagnóstico dos problemas no cenário político, como também deu a estes problemas à solução. O filósofo escreveu uma obra na qual relata a origem do Estado e não se baseia em fatos, mas sim na observância e na criação de conceitos que fortificam a vivência social dos homens. “Para todo contratualista, o estado de natureza, ou a busca pela origem, serve para criar conceitos; com Rousseau não é diferente” (SILVA; CUNHA, 2013, p. 213). O genebrino irá propor conceitos para combater a sociedade corrupta de seu tempo, em que o homem, mesmo nascendo livre encontra-se preso a um estado corrompido.

O pensador por seu grande apreço natureza, descreve tal estado como um paraíso podendo assim salientar. No estado natural o homem basta por si só, vive feliz consigo mesmo e livre. Embora esteja feliz nesse estado, sua própria natureza o força a socializar-se com o outro. Pelo fato de que o ser humano nasce em duas vezes: uma para existir, outra para viver; uma para a espécie, outra para o sexo (ROUSSEAU, 1973). O primeiro nascimento está ligado à existência enquanto seres humanos. Acontece nesse um nascer existencial e individual. Já o segundo nascimento dar-se-á com a vivência com o outro, com um sentido mais social e de atração afetiva. Nesse sentido, o ser humano sofre uma atração natural pelo seu semelhante, sendo assim forçado por sua natureza a deixar esse estado para conviver socialmente com o semelhante.

Segundo a proposta rousseauiana, esse período de dependência social e necessidade de afeto de seu semelhante surge com mais intensidade na adolescência. Assim sendo, eis um momento que a jovem personagem da obra rousseauiana deixa de ser criança e passa à adolescência, período que para o genebrino tem início na vida com a idade de 15 anos. No entanto, não se referindo ao

jovem Emílio, e se tratando de descrever um período de desnaturalização, quando entra na vivência com o semelhante, o homem deixa de existir como um ser natural, e passa a se tornar um ser sociável.

Para o genebrino a natureza humana não é um ponto negativo a se superar, mas é onde se encontra o **homem livre**, que está em paz consigo mesmo e que garante sua liberdade com força física. Entretanto, na vivência social há um problema. O homem não mais assegura sua liberdade natural e para não deixar de se tornar um ser livre, ele busca outra forma de liberdade e eis então a origem do contrato social. Com isso, segundo o genebrino:

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quando aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. [...] a liberdade natural, [...] só conhece limites nas forças do indivíduo, e a liberdade civil, [...] se limita pela vontade geral (ROUSSEAU, 1999, p. 77).

O estado civil é o momento no qual os homens renunciam sua liberdade natural para viver uma liberdade civil. Com isso, deixa de existir uma vontade particular do estado de natureza e passa a existir uma vontade geral que oferece ao homem uma nova liberdade, dando a ele a chance de manter-se livre. Ela é uma junção de das vontades individuais. É um meio de estabelecer um consenso de maioria, pois aquela que é geral é “algo que transcende e que está acima das vontades individuais” (BITTAR, 2005, p. 199).

Por isso, quando o homem se submete à vontade geral ele passa a ter um novo corpo, não físico, mas sim moral. Passa a ter uma nova propriedade chamada corpo político. O genebrino usa o termo **corpo**, porque numa estrutura corporal há vários membros e órgãos e nenhum é capaz de fazer mal ao mesmo, pelo contrário, têm a função de ajudá-lo a se sustentar. Dessa forma, o corpo político sustenta e tem obrigação de conceder aos homens a liberdade no estado civil com a formulação de leis, segundo a vontade geral, que visam o bem de todos que o formam. Eis o pacto social que dá origem em tese ao **estado legítimo**.

No entanto, isso só acontece se somos movidos por essa liberdade civil e vontade. Se o contrário ocorre e a vontade geral se submete a uma vontade particular, surgem muitas divergências e teremos um estado corrupto. Esse estado corrupto para a educação é um enorme problema. Rousseau (1973) relata que nascemos sensíveis e desde o nosso nascimento somos molestados de diversas maneiras pelos objetos

que nos cercam e o motivo de isso ocorrer é porque os contratos sociais estabelecidos entre os homens falham por uma vontade individual se sobressair à vontade geral. Desta forma tem-se o início de um estado corrupto que repercute numa péssima educação; e o estado se tornará mais corrupto se não investir em uma educação que propicie a formação de um **estado legítimo**, que está presente no projeto educacional rousseauiano.

É certo que o que garante a efetivação desse estado civil são as leis. Segundo Rousseau (1999) a lei garante ao homem assegurar sua vivência num **estado legítimo**, justo e livre. As leis civis, que têm influência das naturais e que acima de tudo são ditadas pelo poder da soberania, que “ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte” (ROUSSEAU, 1999, p. 87). Na teoria rousseauiana se faz presente a do corpo do povo, ou seja, segundo o genebrino no estado civil o povo é o soberano<sup>6</sup>. Enfim, no que diz respeito às leis, o estudioso argumenta:

Das leis naturais deve defluir uma inspiração para a formação das leis do Estado. Isso porque o Estado precisa respeitar ditames ordenados pelo direito natural, não constringendo, por exemplo, a liberdade de vida que cada indivíduo preserva mesmo após ter aderido ao pacto social (BITTAR, 2005, p. 202).

O pacto social é essencial para que os homens garantam a sua liberdade dentro da sociedade. Ele nos previne de cairmos em divergência e anarquismo, pois todos estamos submetidos a uma força maior, uma vontade geral, somos um corpo político igual e livre. “O homem natural, que vivia isolado e bastava a si mesmo, agora, através do pacto, faz parte de um todo maior, o corpo político. No corpo político sua liberdade é ainda mais assegurada” (SILVA; CUNHA, 2013, p. 218).

O estado legítimo nos previne de vivermos em um estado corrompido porque respondemos a uma só vontade. “No contrato social, demonstra conferir uma superioridade à vida social em relação à natural, por permitir o desenvolvimento das potencialidades humanas” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 82). No estado civil legítimo é que o homem desenvolve suas potencialidades humanas, ou seja, ele desenvolve aquilo de natural que lhe é inato, sua bondade e liberdade.

---

<sup>6</sup> A pessoa pública ou grupo de pessoas públicas que se formava, se chamava cidade, e depois passou a receber também o nome de Republica ou corpo político, segundo genebrino os participantes ativos dessa pessoa ou grupo, ou seja, o povo, é chamado de Soberano (ROUSSEAU, 1999). Essa é a razão de afirmar o povo enquanto soberano.

Por essa razão que, ao falarmos de educação em Rousseau está pressuposto uma educação pautada sobre as noções de liberdade e igualdade. Enfim, Emílio é o jovem responsável na obra rousseuniana que deve, por meio de sua educação, construir esse ideal de **estado legítimo** previsto no pacto social, com sua vivência e sociedade de forma virtuosa e livre. Contudo, há muitos argumentos sobre a liberdade e pouco se conhece dessa noção rousseuniana de liberdade. Emílio para ser livre deve ter consciência e experienciar o que é liberdade.

### 3.4 DA NOÇÃO DE LIBERDADE NATURAL E CIVIL

O genebrino é um filósofo que trata de analisar e refletir sobre a sociedade de sua época, principalmente sobre os problemas que nela podem estar presentes até os dias atuais. A maior admiração desse filósofo era a liberdade e a natureza. **A liberdade é nossa capacidade de agir por si mesmo**, “O homem que possui [...] consciência de sua liberdade, de sua vontade livre; é, nesse sentido, bom por natureza” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 42).

O homem é livre e ter consciência da sua liberdade o torna bom por natureza. Quem toma gosto da liberdade nunca irá querer perdê-la. Com efeito, a prova desse apreço pela liberdade está em máxima. Com isso, ele quer dizer que a natureza nos faz livres, cada um de nós é livre para escolher, para seguir suas vontades, tendo que obedecer apenas às leis da naturais, ou seja, as limitações impostas por ela. **Essa liberdade é chamada de natural**, pois o homem a tem no estado de natureza. Segundo o que a natureza lhe impõe, esse é bom e feliz, vivendo bem consigo mesmo.

No entanto, para construir sua identidade exigindo algo a mais desse homem, ele precisa de um outro, o seu semelhante. “O homem sozinho não vive. A natureza o força a civilizar-se” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 39). É nesse ponto que o homem tende a deixar seu estado de natureza, no encontro com o outro. Conforme já fora descrito, esse encontro será marcado pelo conflito e por isso fazemos o pacto social, estabelecendo uma **liberdade civil** que não se vive ou age mais segundo as leis da natureza ou vontade natural, todavia segundo uma **vontade geral**, de todos. Ambas as partes entram num acordo propondo suas leis para bem viver socialmente (as leis do homem civil ou cidadão) e dessa forma garantem sua liberdade.

Para compreender bem esse ponto podemos pensar que um homem forte garante sua liberdade individual, mas outro mais forte pode arrancá-la. Por isso,

fazendo o pacto social, ele deixará de recorrer a sua força e buscará uma força maior que terá por dever protegê-lo, isso é o que denominamos **estado**. Por essa razão, é perdido a liberdade natural, pois é somente num **estado civil ou social** que teremos garantia de nossa liberdade e igualmente. Por fim, além de homens passamos a ser cidadãos.

Na liberdade civil ainda podemos fazer nossas escolhas, vontades e sermos responsáveis por elas. Entretanto, há uma regra geral de que nossa liberdade individual nunca deve ser maior do que a vontade geral pelo fato de que haveria a quebra desse contrato, pois a liberdade individual ou vontade particular “tende pela sua natureza às predileções e a vontade geral à igualdade” (ROUSSEAU, 1999, p. 86). A vontade particular é um pensamento um tanto egoísta, pois o que é visa satisfazer é apenas o **eu**. A vontade geral é diferente porque visa satisfazer não apenas o **eu**, mas o todo, ou o **corpo social**.

As duas vontades são necessárias para a vida humana e cidadã. Contudo, a sociedade cuja vontade geral não é a de todos, mas de um só, acorrenta o homem e não faz com que esse seja livre. O que assegura a nossa liberdade são as leis civis e rompê-las é romper com a liberdade de todos. Logo, temos o resultado que é uma sociedade corrompida, na qual surgem desigualdades e competitividades, em que uns oprimem os outros e ainda exploram uns dos outros, acorrentando o homem. Somos livres naturalmente e o pacto é para bem viver e garantir essa liberdade.

Para o genebrino o ato de ser livre em duas divide-se em dois modelos o primeiro é o natural que já se encontra perdido e o segundo que provém do pacto social e nos resta, o civil. A liberdade faz parte de nossa natureza humana e está presente desde a infância, sendo o maior bem que não deve ser perdido.

Enfim, para o genebrino é considerada um bem supremo. Num primeiro momento, na infância ela pode estar presente de maneira mais restrita por causa das limitações naturais da criança. Porém, é a norteadora de uma boa educação. Aristóteles propõe como causa final do homem a busca pela felicidade; em Rousseau a finalidade do homem é exercer sua liberdade, pois “antes que os preconceitos e as instituições humanas alterem nossas tendências naturais, a felicidade das crianças, bem como a dos homens, consiste no emprego de sua liberdade” (ROUSSEAU, 1973, p. 68). Noutras palavras, os que exercem esse bem supremo, sem repressão encontram o caminho para a felicidade humana.

### 3.5 EDUCAR PARA A IGUALDADE E LIBERDADE

Ao tratar de uma educação para a igualdade e liberdade chega-se à questão do motivo pelo qual o filósofo dá tanta ênfase ao estado ou ordem natural. Nessa ordem, “[...] sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é o estado de homem; e quem quer seja bem-educado para esses, não pode desempenhar-se mal dos que com esse se relacionam” (ROUSSEAU, 1973, p. 15). Dessa forma, o filósofo esboça a importância da noção de igualdade na natureza.

A natureza transmite ao homem um bem comum, a igualdade. A mesma oferece uma vocação que não está na profissão ou no lucro, mas na busca da vocação primeira, a de ser humano, ou seja, assumir sua humanidade em totalidade, que encaminha a compreender que a pessoa é ser livre. Mas o que é ser livre? Aí está outro conceito que nos torna iguais. Nós somos todos livres por natureza. Desse modo, ser livre não é viver sem lei, sem regras. Como já relatado, todo ser humano sela um contrato para viver em livre na sociedade. Por isso, a liberdade que Rousseau propõe para o homem é a da vontade geral na qual ele e todos seus semelhantes se submetem. Por essa razão observa-se que para assegurar esse bem supremo faz-se necessária a lei.

O papel da lei para o filósofo genebrino é garantir a liberdade dos homens na vivência social. Sendo assim, para educar o homem para esse bem supremo é necessário ensinar-lhe os deveres e leis que regem a formação e realização do bem comum. Porém, como educar assim, sem reprimir a liberdade natural da criança? Esse é um dos cuidados do adulto para com a criança. A solução para essa forma de educar é o que se denomina liberdade bem regrada. De acordo com o pesquisador:

A liberdade bem regrada é o quarto argumento arrolado por Rousseau para definir os cuidados do adulto em relação com à criança, servindo com isso também para ampliar a própria definição de primeira infância. Para que não seja compreendido como um caminho de volta à natureza enquanto exclusão da sociabilidade [...] a ideia de *liberdade bem regrada* deve servir como ideal normativo regulador do princípio pedagógico de condução da criança ao caminho da natureza e, frente a isso, do modo como o adulto exerce seus cuidados. A tensão que cruza o significado da expressão “liberdade bem regrada”, entre dois valores absolutos, a liberdade e a lei, projeta complexibilidade elevada ao exercício dos cuidados (DALBOSCO, 2011a, p. 187, grifo do autor).

Isso consiste em estabelecer um consenso no conflito entre os valores absolutos de liberdade e lei. Ao educar uma criança deve-se imputar regras que a leve



a ter responsabilidade de seus atos, que a conduza a futuramente reconhecer a importância delas, pois se ela cresce sem reconhecer o valor da lei, sua liberdade futura ficará comprometida. A tarefa de imputar regras à criança não é adestrá-la, mas conduzi-la a compreender que quando ela entra em contato com as coisas e seus semelhantes é a regra que assegura sua liberdade e o bem comum.

Cabe “à educação propiciar ao indivíduo uma existência natural, independente e livre [...] que possibilite ao homem atingir sua própria interioridade e a consciência de sua liberdade” (PEREIRA; PEREIRA, 2007, p. 37). É função da educação fazer com que o homem tenha consciência de que é livre por natureza e é dever da mesma tomar cuidado para que essa liberdade não seja reprimida na vida do homem, desde a infância à vida adulta.

Deste modo, educar na natureza é fazer com que o futuro homem e cidadão seja responsável para com seus atos, saiba viver em igualdade e tenha consciência de sua liberdade. Com essa ideia, há nesse sentido uma ideia de bondade presente no homem, que para Rousseau é “como algo intrínseco à natureza” (BITTAR, 2005, p. 202). Então, que seja bom o homem, esse é o ideal rousseauiano. Que ele se torne bondoso, e não um corrompido. Esse é o papel da educação, o de formar um homem virtuoso. Por essa razão, afirma-se no pensamento rousseauiano que o homem não nasce com tendência para o mal, mas nasce livre e com natureza boa. Cabe à educação ensiná-lo caminhos para conservar sua liberdade e bondade em meio social.

Tendo em vista esse papel na proposta educacional rousseauiana, há compreensão de que é evidente educar para a liberdade e igualdade pelo fato de que somos livres por natureza e a vivência em sociedade pede dos homens a equidade. Sendo assim, essa unidade encaminha os que integram o meio social a se tornarem um corpo político, que em conjunto com a criação da lei visa garantir o bem supremo de todos os seres humanos.

Contudo, essa liberdade só é assegurada também, se e somente se, o homem tiver consciência do que é e como exercê-la. Porém, essa consciência é despertada somente pela educação, porque os homens nascem “capazes de aprender, mas não sabendo nada, não conhecendo nada [...] não têm sequer o sentimento de sua própria existência” (ROUSSEAU, 1973, p. 40). Com isso, precisamos de algo para orientar o coração para a existência enquanto natureza humana e para assumir tais virtudes. Todavia, como somos seres livres podemos escolher vivê-las ou não.

Enfim, nascemos com capacidade de aprendizado, uma educação natural, mas não sabemos fazer uso dessa capacidade ainda na fase de lactância e infância. Com a idade da razão articulamos melhor essa capacidade de aprendizado, entretanto desde o nascimento surgem as necessidades da vida. Então, é por essa razão que surge a educação que é advinda do berço, por ser ela a responsável por suprir tais necessidades. Sendo assim, perante esse processo educativo que visa sanar as necessidades e bem orientar o homem é chegado ao tema central que são os fundamentos da educação presentes na obra rousseauiana.

#### 4 DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: AS VIRTUDES E AS POTENCIALIDADES

A boa educação é aquela que ajuda a construir um ser humano honrado e virtuoso. A pessoa humana é naturalmente boa e tende para o bem, embora para o filósofo de Genebra o bem natural não seja um bem moral. Entretanto, é da bondade natural que o homem gera o bem moral. A moral advém do natural. A perfectibilidade da natureza proporciona ao homem a constituição de um bem moral no **estado de sociedade ou civil**. Por isso, a busca por esse bem coincide com a procura do homem em tornar-se ser virtuoso.

A bondade é algo inato ao ser humano. Ela orienta a criatura em estado civil a exercer suas virtudes como a piedade, a coragem, a prática da justiça. O ser humano é capacitado para o exercício de seu bem supremo no **corpo social**, a **liberdade**. A prática das virtudes é o que torna o homem bom e virtuoso diante da sociedade. É o que o torna ser feliz consigo e com o outro.

No que diz respeito às virtudes, mesmo algumas delas estando inatas na alma como a prática do bem, elas não se desenvolvem sozinhas, dependem de um fator. Assim sendo, muito mais que um conceito, a educação é o fator responsável por nosso desenvolvimento desde o nascimento até a inserção ao mundo moral.

Com essa proposta de educação, o genebrino abre espaço para uma crítica ao século das luzes, que mesmo com o progresso e o avanço das ciências não conseguiu se livrar de uma sociedade de corte aristocrata que pensava ser a virtude do homem seus números de bens, títulos e honrarias. Não que isso seja um ponto negativo, mas é o apego a tais coisas que auxiliam no aprisionamento e corrupção dos homens. A busca por bens, títulos e honrarias aos olhos da civilização, ou seja, a busca por um lugar de destaque na sociedade. Portanto, é enfatizado que mesmo com os avanços desse século isso não foi combatido, nem observado pelos grandes eruditos do Iluminismo, exceto por Rousseau, que:

[...] põe em discussão o valor moral do homem, dignificando a virtude e defendendo a causa da humanidade. Sua preocupação essencial é conhecer o homem, seu agir, a sociedade criada, pensando um novo direcionamento ético e moral, ainda não conquistado nesse século de tantas luzes e espírito (SILVA, 2017, p. 56).

O filósofo se encontra na obrigação de oferecer uma solução ou uma proposta para tentar solucionar esse problema. A educação é a solução para essa questão, pois dentro da sociedade ela “não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social” (LUCKESI, 1994, p. 30).

Deste modo, o genebrino irá propor sua solução; a saída é o meio de transformação social por intermédio de uma educação que valorize o humano, em sua maneira de expressar-se e relacionar-se. Que busque qualidade no ensino e aprendizagem, e não apenas metodologias e técnicas que formem um ser incapaz de sentir.

Com isso, o genebrino se distingue de um tradicionalismo ou da educação habitual em que “os fins da educação encontravam-se na formação do indivíduo para Deus ou para a vida em sociedade” (ARANHA, 2012, p. 183). A obra rousseauiana é a proposta de uma formação integral do homem, partindo do bem natural ao exercício do bem moral, uma formação que expressa a bondade original do ser humano. Desse modo, aos homens que sejam humanos, esse é verdadeiramente o primeiro dever; e que o seja em todas as situações sociais, a todas as idades e tudo o que não seja estranho ao homem, pois a humanidade é a nossa primeira vocação (ROUSSEAU, 1973).

A proposta do filósofo genebrino para a educação, além de conduzi-lo para um caminho virtuoso é no fundo proporcionar um conhecimento de si mesmo, porque o “homem, que alcançava uma variedade de conhecimentos sobre as coisas do mundo físico exterior, não conhecia a si mesmo” (SILVA, 2017, p. 56). Conhecer a si mesmo é estar ciente da primeira vocação natural do homem, a de ser humano. Conhecer a si é humanizar-se.

Essa humanização do homem quando ocorre, tende a conduzi-lo para um caminho virtuoso, atrelado aos sentimentos inatos do amor por si mesmo e a piedade, que constroem ou que estimulam a prática do bem em comum. Desse modo, pode-se afirmar que:

Do primeiro sentimento inato no homem, o amor de si, toda a virtude se edifica. O amor por si mesmo e a piedade bem-orientada podem construir nos homens a humanidade, que se efetiva pela capacidade de perceber e reconhecer o outro como igual e realizar para com ele todo o bem que o fazemos por nós mesmos (SILVA, 2017, p. 58).

O amor por si é o que edifica todas as virtudes humanas. A piedade, quando bem-orientada, em conjunto com esse amor serve como guia do ser humano para uma tendência do bom caminho. É norte para a vida justa, livre e igualitária. Noutras palavras, é o amor por si e pelo outro o norte de uma sociedade pautada sobre os ideais de liberdade e igualdade.

A liberdade é o bem supremo do homem, natural à criatura e caminha com ela desde o nascimento; é o maior bem e privilégio do ser humano. Entretanto, com o crescimento e a vivência social, ela pode ser perdida quando o homem se desprende do caminho da bondade e da virtude. Assim será um ser infeliz, porque tornar-se-á um escravo dos vícios, que além de se oporem à virtude, se encontram também na degeneração das necessidades, ou seja, quando elas se tornam desejos ambiciosos, que não são naturais.

A degeneração das necessidades humanas e do amor de si é o que desperta os vícios no homem. Por essa razão, na obra rousseuniana o objetivo é edificar uma educação que desenvolva no homem suas potencialidades e virtudes para que mesmo caminhando em uma sociedade corrompida e cheia de vícios, possa seguir um caminho de bem, contribuindo para a formação de uma sociedade justa, igualitária e livre.

A educação para o genebrino é o caminho da felicidade humana. E o que proporciona essa felicidade é pleno exercício da liberdade. Ser livre torna o homem feliz. E para que isso aconteça é necessária essa educação com os ideais presentes na obra rousseuniana. Esses ideais são o que possibilitarão “o desenvolvimento físico, intelectual e moral, características do homem que tem em si as potencialidades para exercer quaisquer atividades a ele designadas” (SILVA, 2017, p. 61).

Todavia, novamente para a realização dessa educação é exigido afeto, principalmente na relação entre o governante (mestre) e o aluno, algo que já era decadente no século XVIII e ainda há carência em nossos tempos. Se e somente se, o ato de educar é realizado com afeto e amor, o fruto a ser colhido futuramente, sem dúvidas terá grandes chances de ser bom. Nesse sentido, a educação tem uma finalidade e um sentido que visa “a adaptação do indivíduo à sociedade” (LUCKESI, 2012, p. 38). E ainda mais, uma boa adaptação do indivíduo como contribuinte para uma sociedade justa.

Enfim, mesmo sabendo que se faz necessária uma educação com esses ideais, a realização dessa tarefa não é tão fácil de se concretizar. O ato educar é trabalhoso,

exige esforço e um cuidado especial. Uma verdadeira doação de tempo e de si. Por essa razão, se queres bem educar alguém o fortaleça desde a infância.

#### 4.1 DAS VIRTUDES NA INFÂNCIA

Ao propor uma educação que caminha nos trilhos da formação virtuosa, é necessário às pessoas o bom exemplo e bom testemunho. Ao analisarmos os relatos de Rousseau sobre a grande corrupção e vícios maliciosos nas cidades e nações de sua época, há competitividade presente e maus exemplos por toda parte. Então, como formar um homem virtuoso nesse local? E aqui novamente retornamos à simplicidade. A jovem personagem é educada nos campos, pois o contato com a natureza e um estilo de vida simples o conduzirão a um bom caminho, e uma vida simples o ensina a não buscar grandezas ilusórias fazendo com que ele se torne mais humano.

A busca pela simplicidade não é se tornar alguém desleixado ou alguém que não liga e não dá importância às coisas, mas é ser um humano que não se deixa levar diante das grandezas e poderes que podem induzir ao mal e aos vícios. É aquele que aprende a lidar com a grandeza e os poderes das relações sociais. A simplicidade é uma virtude que deve ser sempre escolhida para ensinar as crianças. O genebrino afirma sobre seu aluno que, “se teve simplicidade e bom senso em sua infância, estou certo de que terá alma e sensibilidade em sua juventude, porque a verdade dos sentimentos está muito ligada à justeza das ideias” (ROUSSEAU, 1973, p. 251). Essa virtude dá a justeza das ideias, além de encaminhar o homem para o exercício do bem.

As crianças são seres pequenos e frágeis. Todo ser humano nasce frágil e desprovido de suas potencialidades físicas e intelectuais. Quanto mais frágil e vulnerável está o ser humano, mais o medo toma conta de seu coração. As virtudes como as razões, os conhecimentos e a coragem são uma libertação do medo. Conforme se toma coragem em conhecer, mais experiente e menos medroso se torna o ser humano.

A coragem e o conhecimento, não meramente intelectuais, são grandes virtudes a serem trabalhadas na infância, de acordo com a obra rousseauiana. Elas livram o homem de permanecer no medo. Já se viu muitos sábios, filósofos e eruditos temerem a noite por estarem inseguros do que se conhece nessa hora do dia e não

saberem o que os espera, segundo Rousseau (1973). Assim como a noite, é a vida humana. Ela é escura, quase nada é possível se contemplar em totalidade e conhecer.

Mas o que fazer? Fechar-se ao medo, ou tomar coragem e à luz do conhecimento atirar-se ao desconhecido? Noutras palavras, medos haverão, mas é da virtude da coragem para suportar o sofrimento e a dor do desconhecido que precisa o ser humano. Por isso, o jovem personagem da obra rousseuniana será diferente. Ele fortalecerá seu corpo para suportar a dor e o sofrimento. Ele terá capacidade de enfrentar seus medos e até algo tão simples quanto o medo da noite.

O medo é um sentimento que corresponde “a ignorância das coisas que nos cercam e do que se passa ao redor de nós” (ROUSSEAU, 1973, p. 132). Embora seja algo normal entre os humanos, somente trabalhando o desenvolver-se das virtudes da criança presentes na infância e seu fortalecimento ela se tornará forte a ponto de não sentir medo. Com isso, saberá enfrentá-los também. Por exemplo, se o governante da criança lhe dizer que não deve temer o escuro de seu quarto demonstrando que não há lá ninguém além dela, e que ninguém pode fazer mal a ela a não ser ela mesma, certamente essa criança terá coragem e confiança no mestre, perdendo assim, o medo do escuro de seu quarto. Sendo assim, com a superação do medo ainda se relata mais uma relação entre aluno e governante, a confiança que gera a coragem.

Além da coragem e do conhecimento das coisas, a maior das virtudes ensinadas a uma criança deve ser, sem dúvida, a prática do bem. Essa considerada além de uma virtude, a maior de todas as lições morais pelo fato de que, não se aplica somente à infância, mas a todas as idades. Ora, o governante deve entender que a bondade nada mais é do que “não fazer mal a ninguém” (ROUSSEAU, 1973, p. 94). Contudo, como educar um ser humano que não pratique o mal? Essa é a questão chave para o genebrino em sua obra. Embora já fora relatado, a hipótese para tal questão é conservar o homem dos vícios e ensinar-lhe a ter gozo por uma vida virtuosa. E assim sendo, que os demais sigam-no como exemplo, porque é natural aos homens aprenderem uns com os outros.

Uma educação como essa defendida pelo pensamento rousseuniano torna inadmissível pensar num ser acabado, pois desse pensamento surgem os primeiros erros. É por essa razão que o filósofo de Genebra escreveu em sua obra uma **proposta pedagógica**, pelo fato de que, na educação tudo deve ser pensado

conforme cada etapa da vida. Na vida nunca se tem uma receita pronta e acabada. Por isso afirma que:

A existência de seres acabados é tão pobre, tão limitada, que, quando só vemos o que é, não nos comovemos nunca. São quimeras que enfeitam os objetos reais; e se a imaginação não acrescenta um encanto ao que nos impressiona, o estéril prazer que disto tiramos cinge-se ao órgão e deixa sempre o coração frio (ROUSSEAU, 1973, p. 164).

É desse argumento em negativa aos seres acabados, que surge mais uma crítica rousseauiana ao Iluminismo racionalista, principalmente de linha cartesiana. Eles, em sua busca, revelam um ser humano acabado que em si não passa de um ser puramente racional. Ao fazerem isso, tentam dar uma forma clara e distinta, uniforme e sólida do homem. O ser enquanto sujeito pensante, dá-se a entender enquanto um ser feito. Uma ideal pobre para o genebrino, pois a totalidade do homem é sentimento, paixão e razão. É um ser de estrutura individual e coletiva. O homem habita em um **corpo individual** e um **corpo político e social**.

Por fim, faz-se necessário na boa educação, o pensamento acerca de seres inacabados e necessitados de ajuda para edificar um **eu autêntico**. No entanto, dependem de ajuda e não que o construam para eles. Porém, essa constatação do ser feito retira o prazer do homem pelas coisas e a natureza ao seu redor, pois enquanto sujeito pensante o que está ao seu redor é visto sempre como objeto. Dessa forma, o sentimento e os sentidos são deixados em lateralidade.

Com isso, os seres acabados são como quimeras que enfeitam o real. Isso ocorre pelo fato de que, por mais que pareça real, o ser feito sempre será uma representação do que não é, ou seja, os seres que são feitos, prontos ou acabados são uma representação de um real que não existe. Portanto, a inexistência de seres acabados é o que permite pensar a educação do homem virtuoso como um ato de liberdade.

#### 4.2 EDUCAR O HOMEM PARA SER VIRTUOSO: UM ATO DE LIBERDADE

A tarefa de educar para Rousseau segue muitos preceitos naturais e um deles é que aprendemos com os homens e as coisas. Desse modo, temos o ponto de partida da educação do homem. Ela está no que é aprendido na relação de uns com os outros. Noutras palavras, no exemplo e testemunho que é oferecido ao aluno. O papel do



preceptor é ser exemplo o tempo todo, é ter noção de que seu aluno a todo momento o observa, o preceptor é o maior exemplo moral da criança. A natureza torna-se a responsável em fortalecer o homem fisicamente e ensiná-lo suas limitações.

O mestre, nesse período formativo deve estar presente, porém jamais deve manipular ou reprimir a criança; não deve acorrentá-la a ilusões de um futuro incerto. O aluno de Rousseau é aquele que não está acorrentado a um futuro incerto oferecido a ele, mas vive verdadeiramente sua liberdade que lhe é natural, está de bem consigo mesmo. Para o filósofo, a educação deve respeitar cada etapa do crescimento e desenvolvimento humano.

Uma educação que busca apenas oferecer um futuro incerto, que busca traçar o destino do aluno (obrigando-o a seguir a profissão dos pais, como era muito comum no século XVIII), torna-se uma “educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto” (ROUSSEAU, 1973, p. 60). Certamente na proposta rousseuniana isso não ocorre. Ao se educar na teoria do genebrino, jamais se pode “sacrificar o presente em razão de um futuro incerto” (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 117). Ela pode pensar no futuro, mas jamais deve sacrificar o presente. Esse argumento ajuda-nos ainda, a repensar o objetivo da educação em tempos atuais. Tem-se uma formação que se preocupa demais com o intelectual e técnico, que também tem sua importância, mas se esquece do verdadeiro objetivo que é preocupar-se em formar um ser humano em sua integralidade.

Por fim, educar como um ato de liberdade é se jogar no presente para formar o homem sua totalidade, colocá-lo no caminho da virtude para bem agir no meio social e respeitando as fases de sua educação, ensiná-lo a construir seu ser no corpo social de maneira autêntica e livre. Uma educação como ato de liberdade conduz o homem à inserção no meio social. Entretanto, antes da vida em sociedade, o aluno deverá ser inserido primeiro no mundo moral para que saiba bem agir nas relações sociais com o próximo.

#### 4.3 A INSERÇÃO AO MUNDO MORAL

O modelo educacional tradicional do século XVIII ofereceu muitas contribuições para a educação. Contudo, falhou muito, de acordo com a perspectiva rousseuniana, ao não propor uma educação mais humana que lutasse por ideais de liberdade e igualdade, além do moral também.

O filósofo de Genebra tecia muitas críticas ao modelo tradicional quanto ao ensino da moral para crianças. Claro que não é desejo dele deixar a criança no espontaneísmo. A maneira como era aplicado esse ensino era o que certamente incomodava o genebrino, pois para ensinar moral faz-se necessário que se atinja a idade da razão intelectual. Antes dessa etapa é necessário, porém, orientar as crianças para suas relações com o mundo físico e nas relações sociais, para que aprendam que sua liberdade dependerá da obediência às leis. “Aprendendo a controlar-se no mundo físico e nas relações com as pessoas, aos 15 anos começa para o jovem a educação moral propriamente dita” (ARANHA, 2012, p. 184).

Na idade dos 15 anos, a jovem personagem da obra rousseuniana, passa a conhecer com mais intensidade o mundo social e principalmente o moral que para o genebrino está ligada ao agir e agir bem. Esse período é marcado, segundo o filósofo, pela idade da razão, o momento em que começa a questionar-se de maneira mais clara sobre si, o mundo e seus semelhantes. Inicia-se o momento de pôr em prática todo bem aprendido na infância e de ter um maior anseio pelo conhecimento.

É chegado o momento de dar ênfase à razão, porque seu maior objetivo em Rousseau é revelado. “Somente a razão nos ensina a conhecer o bem e o mal. A consciência que nos faz amar um e odiar o outro, embora independente da razão, não pode, pois, desenvolver-se sem ela” (ROUSSEAU, 1973, p. 48). A razão é o que nos torna conhecedores do bem e do mal, que ilumina para esse conhecimento, contudo ele afirma ser a consciência humana aquela que nos leva a amar, no sentido de escolher entre bem e mal.

Desse modo, o genebrino, ao demarcar o período da idade da razão e do aprendizado de uma educação moral e intelectual, tece críticas ao modelo tradicional de ensino no século XVIII. “A crítica de Rousseau à educação tradicional não é o ensino de moral, mas sim **como** e **quando** pretende ensinar moral as crianças” (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 125, grifo do autor). Por essa razão, o tema da moral é recorrente em toda obra rousseuniana. Segundo o filósofo, é com a idade da razão que se adentra profundamente ao mundo moral porque nessa idade o ser humano passa a possuir responsabilidade e consciência.

Embora tenha o papel de tornar o homem conhecedor do bem e mal, não é papel da razão optar por bem e mal. É nesse ponto que se difere a razão e a consciência. A primeira integra muito mais uma capacidade de pensar e reconhecer as coisas. Já a consciência é muito mais aquilo que nos leva a discernir nossas

escolhas em acordo com nossa razão. Desse modo, mesmo distintas, a consciência só se desenvolve com a razão. Ao tocar no tema da consciência o genebrino afirma em sua obra que:

Consciência! Consciência! instinto divino, voz celeste e imortal; guia seguro de um ser ignorante e limitado, mas inteligente e livre; juiz infalível do bem e do mal, que tornas o homem semelhante a Deus, és tu que fazes a excelência de sua natureza e a moralidade de suas ações; sem ti nada sinto em mim que me eleve acima dos bichos, a não ser o triste privilégio de me perder de erro em erro com a ajuda de um entendimento sem regra e de uma razão sem princípios (ROUSSEAU, 1973, p. 331).

A consciência tem um papel importante na vida do ser humano, pois ela desperta um entendimento bem direcionado e regado e uma razão com princípios. Noutras palavras, ela desperta a responsabilidade. Com isso, torna-se necessário recordar que a responsabilidade e consciência são conceitos inseparáveis. Isso pelo motivo de que só nos tornamos responsáveis por nossas ações quando temos consciência do que fazemos. Por essa razão, afirma-se no pensamento rousseauiano que o homem não nasce com tendência para o mal, mas esse nasce livre e de natureza boa.

Logo, com o uso da razão, a consciência e responsabilidade, as potencialidades e virtudes humanas, a conservação do bem supremo e a aplicação de um ensino moral e intelectual, o homem será chamado a adentrar com eficácia no meio social. Assim, a educação o preparará para ser parte do corpo social como um homem e um cidadão.

#### 4.4 A RELAÇÃO HOMEM E SOCIEDADE

Ao argumentar sobre relação homem e sociedade, tem-se a afirmativa de que esse não é um ser para viver ajuntado aos muitos. “Os homens não são feitos para se amontoarem em formigueiros e sim para serem espalhados pela terra que devem cultivar. Quanto mais se juntam, mais se corrompem” (ROUSSEAU, 1973, p. 38). Portanto, não somos feitos para amontoar-nos. Nas relações sociais o que é escolhido é uma vida pública, que só é vivida no meio social. “Diferente de uma aglomeração de pessoas em um espaço, a vida pública deve ser, sobretudo, uma associação baseada em um pacto que institua direitos e deveres mútuos” (SILVA, 2017, p. 59). Os direitos e deveres devem ser destinados aos valores, princípios e costumes comuns. Quanto

à corrupção, ela pode até ter origem nesse processo, mas isto pode ser mudado e é justamente nesse ponto que entra o papel da educação.

A educação orienta o homem para bem relacionar-se com o todo, mas é nesse processo que vemos se realmente ela terá resultados. “Emílio não é feito para permanecer sempre solitário; membro da sociedade, deve cumprir seus deveres” (ROUSSEAU, 1973, p. 379). Eis o momento que a jovem personagem deixa de ser um caminhante solitário para ser parte de um corpo social. Sua educação mostrará resultado no cumprimento de seus deveres para com o meio social. Mas para que isso ocorra, ele tende a ser conhecedor dos homens. Conhecer os homens é a tarefa mais difícil. Conhecê-los de fato, em suas forças e fraquezas.

Ao apreciar os homens, a maldade deles não lhe deve afetar, pois o indivíduo que é educado para ser bom, tem por dever refutar o que é malicioso e o que é um veneno para sua vida. Deve escolher o caminho da virtude por sua educação recebida, “a virtude é aquilo que o homem realiza de melhor para si e para a cidade [...] o que o constitui e o qualifica, tornando-o bom e levando-o a viver em plenitude” (SILVA, 2017, p. 67). Dessa forma, temos claro o papel fundamental da educação e da virtude para a relação homem e sociedade.

A educação deve ensinar o homem primeiro a ser humano, depois a bem gozar a vida com sua liberdade. Provocar a busca pela equidade e o caminho do bem. Deve prepará-lo para a vida moral e intelectual. Enfim, deve prepará-lo para construir-se como ser humano em sua individualidade e fazer parte do corpo social como membro e cidadão, parte do soberano. Deve ensinar que mesmo com sua vontade individual, ela jamais estará acima da vontade geral. Conforme afirma o estudioso:

Segundo a **teoria do contrato social**, a soberania política pertence ao conjunto dos membros da sociedade. O fundamento dessa soberania é a **vontade geral**, que não resulta apenas na soma da vontade de cada um. A vontade particular e individual de cada um diz respeito a seus interesses específicos, porém, enquanto cidadão e membro de uma comunidade, o indivíduo deve possuir também uma vontade que se caracteriza pela defesa do **interesse coletivo**, do **bem comum**. É papel da educação a formação dessa vontade geral, transformando assim o indivíduo em cidadão, em membro de uma comunidade (MARCONDES, 2005, p. 206, grifo do autor).

Desse modo, chega-se à conclusão de que a educação é o alimento de que todo ser humano necessita. Ela nada mais é, do que em primeiro lugar, o desenvolvimento das virtudes e potencialidades humanas. Com isso, na sociedade, além de um bom cidadão será também um grande profissional. Logo, todo ser

humano que for bem educado não oferecerá desprezo a ninguém e não será um ser acabado, ou superior, visto que “ama a liberdade acima de tudo” (ROUSSEAU, 1973, p. 390). Por isso, que será um grande ser humano e com certeza bom no que faz, pois suas ações serão voltadas para o bem comum.

Em síntese, a educação defendida pelo filósofo genebrino é admirável por seus nobres ideais, guiados pelas noções de igualdade e liberdade. Entretanto, o pensador afirma em sua obra que, seu objetivo não foi o de outorgar um manual de educação, mas de oferecer uma trajetória para o processo educativo. Por isso, se tratando de educação humana, àquele que mais se aproxima desta proposta presente em **Emílio ou da Educação**, para o genebrino está no caminho certo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições filosóficas de Rousseau deram clareza a diversas questões políticas e educacionais presentes no século XVIII e nortearam e influenciaram diversos pensadores ocidentais modernos e contemporâneos. Ele se tornou um filósofo de renome do período moderno, um dos pais do Romantismo, um grande contribuinte da educação e formação humana. Por fim, um dos maiores influenciadores da Revolução Francesa (1789-1799) com seus ideais de igualdade e liberdade, além de ofertar a perspectiva de se pensar na formação de um ser humano integral como ser racional e sensitivo.

Em sua proposta pedagógica ou educacional, inaugurou uma nova forma de pensar a educação do homem na sociedade, desde o nascimento até o início da vida adulta, resgatando assim, conceitos e etapas da formação humana que não tinham tanto valor para a sociedade de seu século. Ele confrontou o sistema político corrompido com os seus ideais e propôs um novo sistema que influenciou os métodos educacionais da sociedade contemporânea, pensando que a educação deve ser humanizadora, respeitando a individualidade e coletividade da pessoa, levando a construir uma vivência social justa, igualitária e livre. Além disso, contribuiu também para o pensamento de que a educação, independente de status social ou raça, é direito de todo ser humano.

O filósofo genebrino ainda ensina que a educação não é uma tarefa cabível somente às instituições, educar é um ato que está além dos muros da instituição, e está presente desde o nascimento até a vida adulta. Para ele não é simplesmente transmitir conhecimento, cultura, ou adestrar a pessoa humana. Antes disso, essa é a mais digna tarefa, a de formar um ser humano.

Em suma, essa forma de educar é um ato de liberdade visando o bem comum. Assim como lembrar o homem sua vocação primeira, e desenvolver nele suas potencialidades e virtudes humanas, para que seu coração se afaste dos vícios e paixões desordenadas que o levem a se corromper. Para o filósofo esse conceito é a saída de um mundo tomado pela maldade. Ela é a formação que conserva a bondade natural do coração humano. Desse modo, resta-nos agora fazer com que essa tarefa seja realizada. O genebrino deu-nos uma teoria que embora não seja perfeita por motivo de seus métodos radicais, nos norteia para o caminho correto na educação do homem livre.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

ALMEIDA JUNIOR, José Benedito de. **Como ler Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Paulus, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Filosofia Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DALBOSCO, Claudio Almir. **Educação natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto**. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. Aspiração por reconhecimento e educação do amor-próprio em Jean-Jacques Rousseau. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 481-496, set./dez. 2011b. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/b5TTnms44JxyH7XbFnh3dZx/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2021.

EDUCAÇÃO. In: ABAGGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 305-306

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIVA, Wilson Alves de. Homem e cidadão na obra pedagógica de Rousseau. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del Rei, n. 4, p. 97-118, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2354>. Acesso em: 30 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. A formação do homem no Emílio de Rousseau. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 323-333, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/B5YfxvNVpv9ywxWwtvDL5cm/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PEREIRA, Regina Coeli Barbosa; PEREIRA, Rosilene de Oliveira. **Jean-Jacques Rousseau: fundamentos da educação**. Londrina: Humanidades, 2007.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Humanismo à Kant**. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1973.

\_\_\_\_\_. **Do contrato social**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SILVA, Aline de Fátima Sales. **A formação do homem virtuoso no Emílio de Jean-Jacques Rousseau**. 2017. 141 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6984>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SILVA, Moisés Rodrigues da; CUNHA Jhonny Nunes. Fundamentos do estado político em Rousseau. **Kínesis**, Santa Maria, v. 5, n. 10, p. 212-221, 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4542>. Acesso em: 03 set. 2021.

SOUZA, Rachel Ramos de. **Educação, corpo e natureza na obra "O Emílio" de Jean-Jacques Rousseau**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305312>. Acesso em: 28 maio 2020.